

Municípios

A Revista da Associação Paulista de Municípios **DE SÃO PAULO**



Ano 6 • Número 51 • R\$ 7,00

Especial:

56º Congresso Estadual de Municípios



ENTREVISTA: O advogado Ricardo Porto esclarece as principais dúvidas com relação às eleições

SAC CAIXA: 0800 726 0101
(informações, reclamações, sugestões e elogios)
Para pessoas com deficiência auditiva ou de fala:
0800 726 2492
Ouvidoria: 0800 725 7474
caixa.gov.br

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA



CAIXA e prefeituras. Para onde você olha, vê os resultados dessa parceria.

A CAIXA tem uma linha completa de produtos, serviços, programas e ações desenvolvidos especialmente para os municípios brasileiros. Apoio à gestão, reestruturação administrativa, habitação, saneamento, desenvolvimento, turismo, meio ambiente. Não importa o tamanho, não importa a região. A CAIXA é o banco do seu município.

CAIXA
A vida pede mais que um banco



Associação Paulista de Municípios

Rua Major Sertório, 128 - 9º andar
Centro - São Paulo - SP
CEP 01222-000
Fone/Fax: (0xx11) 2165-9999
apaulista@apaulista.org.br
www.apaulista.org.br

DIRETORIA ADMINISTRATIVA DA APM GESTÃO 2009 - 2012

Presidente da APM

Marcos Monti

Prefeito de São Manuel (1993 a 1996)

1º Vice-Presidente

José Francisco da Rocha Oliveira

Prefeito de Pardinópolis (1983 a 1988/1993 a 1996 / 2005 a 2008 e 2009 a 2012)

2º Vice-Presidente

José Mauro Dedemo Orlandini

Prefeito de Bertoga (1993 a 1996 e 2009 a 2012)

3º Vice-Presidente

Herculano Castilho Passos Júnior

Prefeito de Itu (2005 A 2008 e 2009 a 2012)

4º Vice-Presidente

Silas Bortolosso

Prefeito de Osasco (1997 a 2000)

Secretário Geral

Aquevirque Antonio Nholla

Vice-Prefeito e Vereador de São João da Boa Vista (1993 a 1996 e 1983 a 1992)

1º Secretário

Antônio Cesar Simão

Prefeito de Itapuí (1993 a 1996)

2º Secretário

Sebastião Misiara

Vereador de Barretos (1972 a 1996)

3º Secretário

Tesoureiro Geral

Carlos Alberto Cruz Filho

Vice-Prefeito e Vereador de Campinas (1997 a 2000 e 1983 a 1988)

1º Tesoureira

Marisa de Souza Pinto Fontana

Prefeita de Socorro (2009 a 2012)

2º Tesoureiro

José Ademir Infante Gutierrez

Prefeito de Teodoro Sampaio (2005 a 2008 e 2009 a 2012)

3º Tesoureiro

Antonio Carlos de Faria

Prefeito de Caconde (2005 a 2008 e 2009 a 2010)

COMISSÃO DE SINDICÂNCIA

Antonio Francélino

Prefeito de Ávaro de Carvalho (1989 a 1992 / 1997 a 2000 e 2001 a 2004)

Modesto Salviatto Filho

Vereador de Brotas (2001 a 2004 e 2009 a 2012)

Newton Rodrigues Freire

Prefeito de Gália (1989 a 1992)

CONSELHO FISCAL

Francisco Leoni Neto

Prefeito de Bariri (2001 a 2004 e 2005 a 2008)

Ângelo Alberto Fornasaro Melli

Vice-Prefeito de Osasco (1993 a 1996)

CONSELHO DELIBERATIVO

Presidente

Marilene Mariottoni

Vereadora de Mogi-Mirim (1989 a 2008)

Vice-Presidente

Roque Joner

Prefeito de Pratânia (1997 a 2004)

Secretário

Valdomiro Gonçalves

Vereador de Piraju (1965 a 1967)

Editorial

MAIS UM CONGRESSO DE CONQUISTAS



Novamente realizamos mais um Congresso Estadual de Municípios. Nesta edição de número 56, pudemos debater as questões que afetam diretamente nossos municípios, apresentar soluções e, principalmente, obter resultados positivos.

No início do ano realizamos uma reunião com todos os presidentes de Associações Regionais de Municípios do nosso Estado, onde cada presidente contribuiu para que fosse elaborada uma pauta de reivindicações, mostrando nossa preocupação em levar às esferas de governo nossos anseios e preocupações.

As reivindicações referentes aos pleitos junto ao Congresso Nacional e ao Governo Federal foram encaminhadas à CNM – Confederação Nacional de Municípios, para ser parte integrante da pauta da XV Marcha de Prefeitos.

Com relação às reivindicações referentes ao Governo Estadual, podemos afirmar que mais uma vez obtivemos grande êxito. O governador Geraldo Alckmin fez o encerramento do 56º Congresso, anunciando e autorizando

diversos pleitos da nossa pauta.

Tudo isso somente foi possível graças ao empenho e dedicação de todos nossos amigos municipalistas que, juntos conosco, defenderam essa pauta de reivindicações, acreditando que somente através da união de todos atingimos nossos objetivos.

Podemos afirmar que a APM tem cumprido com seu papel de representar nossos municípios, promovendo a unidade do movimento municipalista e apresentando às nossas autoridades todos nossos anseios e preocupações.

Gostaríamos de agradecer a todos que nos ajudaram na realização de mais um Congresso e também a todos que participaram. Àqueles que não acreditam na força do movimento municipalista, fica sempre reiterado o convite para participarem desta luta e descobrirem que, juntos, poderemos sempre mais.

O mais importante é sempre defendermos nossos ideais onde quer que estejamos, pois na vida política os mandatos são passageiros, porém as instituições são permanentes.

Saudações Municipalista,

Marcos Monti
Presidente da APM

Sumário

03 Editorial

05 Entrevista



08 ESPECIAL:
56º Congresso
Estadual de
Municípios

37 Galeria de Fotos

42 Página da História

43 IPT

46 IBGE

47 TCE

49 Procon

51 Prefeito
Empreendedor

54 Municípios
Aniversariantes

56 Educação

58 Fundo Social

61 Ações em
Destaque

63 Legislativo



65 Artigo Jurídico

67 APM Responde

68 Atividades
da APM

71 Casos e Causos

EXPEDIENTE



CONSELHO EDITORIAL

Marcos Monti
Carlos Alberto Cruz Filho
Aquevirque Antonio Nholla
Antônio Cesar Simão



REDAÇÃO

EDITORA-CHEFE

Daniela Bertoldo
imprensa@apaulista.org.br

EDIÇÃO DE ARTE

Núbia Barros
nubia@apaulista.org.br

Michelle Sendas
criacao@apaulista.org.br

PUBLICIDADE

Anuncie na Revista Municípios de São Paulo e fale diretamente com os 645 municípios de São Paulo

CEAME

Tel.: (11) 3063-5775 / 3083-7265

FALE CONOSCO

Assinaturas, renovações e números atrasados
Fone/Fax.: (11) 2165-9999
apaulista@apaulista.org.br

Comentários sobre o conteúdo editorial,
sugestões, críticas e releases.
imprensa@apaulista.org.br

Mai/Junho - 2012

Municípios de São Paulo não se responsabiliza por ideias e conceitos emitidos em artigos ou matérias assinadas, que expressam apenas o pensamento dos autores, não representando necessariamente a opinião da direção da revista. A publicação se reserva o direito, por motivos de espaço e clareza, de resumir cartas, artigos e ensaios

ENTREVISTA

A Revista Municípios entrevista o advogado especialista em direito político eleitoral, Dr. RICARDO VITA PORTO, membro do Conselho Técnico da APM, para esclarecer as principais dúvidas com relação ao próximo pleito eleitoral. Confira abaixo:

Os candidatos que tiveram contas de campanha rejeitadas pela Justiça Eleitoral ficarão impedidos de se candidatar nestas eleições?

Acredito que não. O Tribunal Superior Eleitoral (ao discutir a Resolução de Prestação de Contas relativas a 2012), por escassa maioria de votos, decidiu que, aqueles que tiverem as contas da campanha de 2012 desaprovadas, ficarão impedidos de obter certidão de quitação eleitoral pelo prazo de 4 anos, o que corresponde ao tempo do mandato para qual ele disputou.

É verdade que naquela mesma sessão de julgamento foi discutida a ideia de se estender este efeito àqueles que tiveram suas contas desaprovadas na eleição de 2010 ou 2008, mas nada ficou decidido a este respeito. Tanto é assim que não houve qualquer alteração na Resolução de Registro de Candidaturas para as eleições deste ano, que já haviam sido publicadas antes desta decisão. Além do mais, a Lei 9.504/97, que é a lei das eleições, recentemente alterada pelo Congresso Nacional em

2009, é bastante clara que a certidão de quitação eleitoral abrangerá exclusivamente a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas e a apresentação de contas de campanha eleitoral. Ou seja, segundo a lei só poderá ser negada a quitação eleitoral ao candidato que deixou de prestar contas não àquele que as teve desaprovadas.

Mas isso não seria injusto com os candidatos que cumpriram com as regras e tiveram suas contas aprovadas?

A justificativa utilizada pelos Ministros que foram a favor desta mudança é justamente esta. Foi dito que era preciso se criar uma penalidade para a desaprovação de contas. Ora, esta penalidade já existe: caso o candidato tenha vencido a eleição, e se denote a ►



ocorrência de abuso do poder econômico ou a arrecadação e aplicação de recursos de forma ilícita, ele poderá responder a uma ação de impugnação a seu mandato eletivo.

É preciso ficar claro que na maioria das vezes as contas de campanha são rejeitadas por falhas meramente contábeis, de pequena monta, como, por exemplo, o candidato que computa gastos com combustível e se esquece de declarar a cessão do automóvel com o qual se deslocou durante a campanha.

E com relação às contas de gestão que os prefeitos e vereadores devem prestar anualmente?

A Lei da Ficha Limpa trouxe uma grande mudança em relação a esta questão. Se por um lado ela aumentou de 5 para 8 anos o prazo de inelegibilidade em decorrência da desaprovação de contas anual, passou a dizer que, para sua incidência, não basta somente que as contas tenham sido desaprovadas por vícios insanáveis, se exigindo, a partir de agora, que os motivos que ensejaram a desaprovação também caracterizem ato doloso de improbidade administrativa. Ora, se para prestação de contas de recursos públicos se exige o dolo, voltando à pergunta anterior, não há como se admitir a inelegibilidade como consequência direta da desaprovação de contas de campanha, que movimenta recursos privados, muitas vezes do próprio candidato.

Voltando à questão da quitação, o sr. mencionou algo em relação à multa.

É verdade. Neste ponto não há discussão. Caso o candidato tenha sido em pleitos passados condenado a pa-

gar alguma multa à Justiça Eleitoral e ainda não tenha feito, ficará impedido de registrar novas candidaturas. Mas é importante dizer que é possível a obtenção de quitação na hipótese de parcelamento, desde que as parcelas vencidas tenham sido pagas.

Ainda com relação à lei da Ficha Limpa, ela será aplicada?

Não há dúvida. Esta vez vai ser para valer. O Supremo Tribunal Federal já reconheceu sua constitucionalidade, afastando as alegações de ofensa aos princípios da irretroatividade, presunção de inocência e segurança jurídica. Entendo assim como superada a questão relativa a sua incidência à casos anteriores a edição da lei. Ficou decidido que inelegibilidade é condição e não pena, por isso pode alcançar a atos pretéritos.

Há algum aspecto mais relevante acerca da Lei da Ficha Limpa que o sr. gostaria de comentar?

O que tem gerado mais questionamento é o artigo que trata a respeito dos condenados por órgão colegiados em ação civil pública por improbidade administrativa. Tenho destacado que, neste caso, a inelegibilidade não é automática. É preciso, necessariamente, que a condenação tenha aplicado a pena de suspensão de direitos políticos, e que o ato tenha causado lesão ao erário e enriquecimento ilícito.

Mudando um pouco de assunto, a campanha propriamente dita só pode ter início em julho, mas muitos candidatos começam a se manifestar antes mesmo desta data. O que é considerado propaganda eleitoral antecipada e o que é promoção pessoal?

É muito difícil dizer, isto depende da opinião de cada um. Mas a Lei já enumera algumas hipóteses em que não se caracteriza propaganda antecipada, como a participação de pré-candidatos em entrevistas, programas, encontros ou debates no rádio, na televisão e na



internet, inclusive com a exposição de plataformas e projetos políticos, desde que não haja pedido de votos.

Há vereadores que pagavam, com recursos próprios, matérias no jornal local mostrando suas conquistas. Este ano, eles suspenderam as publicações, pois cogitaram que poderia ser considerada campanha antecipada. Esses vereadores correm, de fato, este risco?

De forma alguma. Outra exceção da lei é a possibilidade de, ainda que durante o ano eleitoral, continuar a divulgar os atos parlamentares, desde que, novamente, não se mencione a possível candidatura, ou se faça pedido de votos ou de apoio eleitoral.

E para os prefeitos em reeleição, quais são as vedações?

Existe um rol repleto de condutas vedadas aos agentes públicos em período eleitoral, especificamente o artigo 73 da Lei 9.504/97, que neste ano será aplicada a toda a administração direta ou indireta municipal, independentemente de o prefeito estar ou não pleiteando a reeleição. Dentre elas chamo atenção ao parágrafo 10, que proíbe a distribuição gratuita de bens e serviços em

ano eleitoral, que não esteja aprovada em lei no ano anterior e já em execução orçamentária.

Houve alguma alteração sobre o limite de doação?

Não. Permanecem os limites de 10% dos rendimentos brutos aferidos por pessoas físicas no ano anterior à eleição e 2% do faturamento bruto para as pessoas jurídicas. Sendo que a doação até 50 mil, proveniente de pessoas físicas em decorrência de empréstimo de bens móveis e imóveis, fica isenta. Vale ressaltar que aqueles que excederam esse limite podem ser condenados a pagar multa de 5 a 10 vezes a quantia em excesso, além da pena de proibição de contratação com o poder público no prazo de 5 anos.

Afinal, propaganda na internet pode ou não pode?

Pode. É permitida a propaganda eleitoral na internet, podendo esta se dar no site do candidato ou do partido político, através do envio de emails ou por meio de blogs, redes sociais, programas de mensagens instantâneas. Entretanto é proibida a veiculação de qualquer tipo de propaganda eleitoral paga na internet, sendo ainda vedada sua divul-

gação em sites de pessoas jurídicas, com ou sem fins lucrativos; e nos oficiais ou hospedados por órgãos ou entidades da administração pública direta ou indireta da União, dos estados, e dos municípios. Importante lembrar que as mensagens eletrônicas enviadas por candidato, partido ou coligação, por qualquer meio, deverão dispor de mecanismo que permita seu descadastramento pelo destinatário, obrigado o remetente a providenciá-lo no prazo de 48 horas, sob pena de pagamento de multa.

Cidade em que existe a lei da cidade limpa vai ser possível pintar muros?

Embora reconheça que a propaganda eleitoral possa prejudicar a estética urbana, jamais deve prevalecer a lei local e sim a federal, que é a Lei das Eleições e permite a pintura de muros e a fixação de placas, faixas e estandartes em bens particulares, desde que não ultrapassem o limite de 4m². Em relação àqueles cavaletes ao longo da via, após muita discussão a respeito, ficou finalmente definido que podem ser colocados, mas somente no período de 6 da manhã até às 10 da noite e conquanto não prejudiquem o bom andamento de pessoas e veículos. ■

ICMS no celular

mais um serviço aos municípios paulistas:



- Previsão atualizada do ICMS toda segunda-feira;
- Datas dos próximos cursos oferecidos pela APM;
- Confirmação de inscrição e vagas dos cursos;
- Repasses do Governo aos Municípios.





Sessão Solene marca abertura do 56º Congresso Estadual de Municípios

Por: Alinne Fanelli

A sessão solene de abertura do 56ª edição do Congresso Estadual de Municípios ocorreu na noite de terça-feira, dia 13, na cidade de São Vicente-SP. O tema do Congresso foi "Municipalismo: Integração e Desenvolvimento".

O presidente da Associação Paulista de Municípios, Marcos Monti, iniciou os

discursos, dizendo ser uma honra poder realizar mais um Congresso em São Vicente.

Também falou da pauta de reivindicações que reflete os anseios dos municípios. "Em 2011, nossa pauta obteve grande êxito: fomos atendidos tanto pelo Governo Estadual quanto pelo Federal.

Vamos obter êxito nesta pauta também", almejou.

Marcos Monti destacou de forma sucinta os assuntos estariam em pauta nos painéis durante a semana do Congresso: Meio Ambiente, Saúde, Turismo, Desenvolvimento Regional, Educação, entre outros. "Queremos solicitar ao go-

vernador Geraldo Alckmin que olhe para as regiões interioranas do Estado”.

Em seguida, foi a vez do prefeito de São Vicente, Tércio Garcia, dar as boas-vindas aos congressistas. “Torcemos para que este, que é o maior congresso municipalista do país, consiga atingir todos os objetivos propostos”.

O presidente da Câmara Municipal, Pedro Gouvêa, reafirmou a alegria que a cidade sente, mais uma vez, em receber o Congresso. “Foram mais de 500 municípios inscritos neste evento que, com certeza, trará resultados importantes. A Associação faz um trabalho extremamente acertado em buscar integração dos que desejam uma cidade melhor”.



Demais autoridades

Representando a Frente Nacional dos Prefeitos, fez o uso da palavra o prefeito de Osasco e Coordenador da Frente, Emídio Pereira. “Todos nós estamos juntos em quantas lutas vierem para melhorar as condições dos municípios e, assim, valorizar o nosso trabalho”.

O presidente da UVESP e 2º Secretário da APM, Sebastião Misiara, reforçou a importância que os municípios possuem perante os governos Federal e Estadual. “A luta é para não perdermos o que conquistamos ao longo dos anos. A Assembleia Nacional Constituinte é fruto de uma vitória municipalista. Precisamos das nossas inteligências para cada vez mais buscar o que sonhamos”.

Também fez parte da mesa solene o assessor da Sub Chefia de Assuntos Federativos da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República, Gilmar Dominici. Como trabalha diretamente no Governo Federal, o assessor pediu uma atenção especial ao

envio da pauta. “São mudanças para melhorar as condições dos municípios. Várias delas já foram atendidas. Só vamos construir um país melhor e mais justo com a participação de todos”.

O presidente do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, conselheiro Renato Martins Costa, destacou a presença da entidade em todas as edições do Congresso. “Decorre de uma parceria de longos anos com a APM. São autoridades que se esforçam para cumprir a lei. Reforço os meus votos de que os pedidos sejam atendidos”.

Para destacar o papel do Turismo no Congresso, o secretário de Turismo do Estado, deputado Márcio França, disse que muitos municípios paulistas são reconhecidos como turísticos e que é “importante que as reivindicações sejam levadas adiante para desenvolver os municípios”.

O deputado estadual Celso Giglio, ex-presidente da APM, fez o encerramento do evento, representando o pre-

sidente da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, deputado Barros Munhoz. “Conseguimos muitos avanços através de movimentos como este. Mas ainda falta muito, pois o município continua sendo a ponta da linha do Pacto Federativo. É difícil ser prefeito com orçamento pequeno e limitado. Por isso esta luta pela união de todas as entidades é de extrema importância”.



Painel “Meio Ambiente” inicia as atividades do Congresso Estadual de Municípios

Por: Carlos Eduardo Sgnoretti

Neste primeiro dia de palestras do 56º Congresso Estadual de Municípios, os congressistas abordaram – no painel Meio Ambiente – assuntos sobre a eficiência e a importância da implantação de unidades de conservação ambiental em todas as cidades do Brasil.

O primeiro a falar foi o consultor Dirley Schmidlin, que explanou quais os pontos críticos e os benefícios acarretados pela criação dessas unidades. “Além de promover a conservação ambiental sem ônus para as Prefeituras, as unidades fazem com que as cidades se desenvolvam, atraindo investidores e até mesmo estruturas mercantis,

como o turismo”, avaliou.

A eficiência e os conteúdos da Lei Complementar nº 140 também foram debatidas pelos componentes da mesa.

Segundo o gerente de projetos do SISNAMA, Eduardo Mattedi, a partir de agora o Ministério Público passa a cobrar das Prefeituras que organizem gestões ambientais. “Nesta altura dos acontecimentos não devemos apenas levantar as bandeiras ambientais, mas sim promover a gestão. São os municípios que devem adequar essa ferramenta para otimizar suas funções e, desta forma, não dificultar o desenvolvimento local. A gestão deve

ser o reconhecimento e fortalecimento das cidades e isto é possível por meio de uma boa regulamentação”, disse.

Em pauta, o coordenador da mesa e deputado estadual Welson Gasparini comentou sobre a atual situação política no Brasil. “Nós, representantes políticos, podemos fazer a grande revolução municipalista”, enfatizou.

O coordenador do Programa Município Verde Azul, Mauro Haddad Nieri, afirmou que é fundamental a criação de fundos sociais para implantação de projetos ambientais. “A parceria é caminhar juntos, cada um fazendo o seu papel”, finalizou.





APM homenageia professor dr. Ives Gandra Martins

O professor doutor Ives Gandra Martins foi homenageado pela Associação Paulista de Municípios com o troféu de Mérito Municipalista, na manhã de quarta-feira, dia 14, no 56º Congresso Estadual de Municípios, em São Vicente.

A homenagem ocorreu durante o painel Vereadores, ocasião em que o professor ministrou palestra sobre “A Constituição Federal e os Municípios”.

Em seguida, o presidente da APM, Marcos Monti, fez o uso da palavra, afirmando que dr Ives sempre esteve disposto a ajudar, principalmente na questão do Pacto Federativo. “É totalmente comprometido com a causa municipa-

lista. Esta é uma valorosa homenagem. É valorizando pessoas que vamos conseguir alcançar nossos sonhos e objetivos”.

O presidente da UVESP e 2º secretário da APM, Sebastião Misiara, também falou sobre a homenagem ao professor e reforçou o tema da palestra, dizendo da importância da atual Constituição e o papel que os municípios possuem nela.

Homenageado

Em seu discurso, o professor dr Ives Gandra Martins fez um breve resumo sobre a história do Brasil e como o município começou a ser colocado em

pauta no decorrer dos anos. “A principal característica do Reino Português foi trazer para o nosso país o princípio de valorização dos municípios. Apesar de ter sido dividido em capitâncias hereditárias próprias, é no município – ainda no período de colônia – que se fez a força do estado português aqui”.

Conforme destacou, é preciso equacionar o problema através da reformulação da política tributária. “Os municípios só terão vida plena se tiverem mais orçamento”, afirmou o professor.

Doutor Ives relatou que sabe das dificuldades que os municípios enfrentam. “Quando a União define políticas mestras para seguir, o município – independente do seu tamanho – é obrigado a cumprir. Quero levar aos amigos a ideia de que a necessidade de uma reformulação do Pacto Federativo é importante. Estou certo de que o Estado só será forte quando o município for forte”.

O presidente da OAB/SP, Luiz Flávio Borges D’Urso, que também fez parte da mesa, parabenizou a homenagem feita pela APM ao dr Ives. “Os municípios, às vezes, dividem um sentimento muito forte de impotência. Aprovo esta bonita homenagem da Associação Paulista e acredito que foi uma missão muito simples, pois não é preciso esforço algum para reconhecer os méritos do professor Ives”.

O professor homenageado encerrou o painel agradecendo pelo troféu recebido. (A.F.)



Projeto de qualificação profissional é tema de painel do 56º Congresso

Por Beatriz Belchior



Na quarta-feira, dia 14, compondo o painel Centro Paula de Souza (CPS), a coordenadora da unidade inicial e educação continuada, Clara Maria de Souza Magalhães, discursou sobre a importância da parceria entre o CPS e

as Prefeituras do estado para a capacitação profissional dos trabalhadores.

Clara Maria apontou opções para que as Prefeituras solucionem o problema da falta de qualificação. Uma delas foi o Projeto Via Rápido Emprego, que tem a meta de capacitar 100 mil trabalhadores no estado de São Paulo nas áreas de construção civil, comércio, indústria e serviços.

Os cursos têm duração de três meses, os alunos recebem material didático e uma bolsa auxílio no valor de R\$ 330. Além disso, o projeto também possui unidades móveis de qualificação que conseguem atender 30 alunos por turno e oferecem total acessibilidade. “Espero que as Prefeituras analisem sua demanda e pleiteiem os nossos serviços. É um

grande benefício para o estado de São Paulo, para suas Prefeituras e também para toda sua população”, afirmou.

Segundo a coordenadora, estavam matriculados nos cursos oferecidos pelo CPS mais de 300 mil alunos até o segundo semestre de 2011. A taxa de empregabilidade, ou seja, alunos que são contratados após o término dos cursos, é de 93% para as Faculdades de Tecnologia (Fatecs) e 79% para Escolas Técnicas (Etecs).

Ao término, a coordenadora frisou que não há custo para a implantação dos cursos.

De acordo com ela, as Prefeituras devem entrar em contato com o CPS para que suas demandas sejam analisadas. (B.B.)

Oi apresenta serviços destinados à Gestão Pública

Entre os painéis do 56º Congresso Estadual de Municípios, na quarta-feira, ocorreu a apresentação da empresa de telefonia Oi.

Após a exibição de um vídeo institucional, o gerente da empresa, Reinaldo Fagundes Marques, explanou sobre os serviços de telecomunicação oferecidos especialmente para a Gestão Pública.

Segundo Marques, a empresa percebeu a necessidade de participar deste importante nicho com as Prefeituras.

“Os nossos serviços apoiam a implementação de políticas públicas para o desenvolvimento de São Paulo, bem como o acesso a informação para toda sua população”. (B.B.)





Secretário adjunto fala sobre o trabalho desenvolvido pela secretaria de Justiça e Defesa da Cidadania

O secretário de Estado adjunto da Justiça e da Defesa da Cidadania, Fabiano Marques de Paula, falou sobre a recente atuação da Secretaria em diversas áreas sociais, no Painel Justiça e Cidadania do 56º Congresso Estadual de Municípios, na tarde de quarta-feira, dia 14.

Fabiano destacou que a Secretaria de Justiça e Defesa da Cidadania oferece apoio às políticas públicas voltadas à população através do auxílio das entidades vinculadas. São elas: Fundação de Proteção e Defesa ao Consumidor (PROCON), Instituto de Pesos e Medidas (IPEM), Fundação Casa, Instituto de Medicina Social e Criminologia (IMESC) - que oferece exames de reconhecimento de paternidade - e o Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP). “Nós temos trabalhado com o

princípio da integração e parceria entre os órgãos da Secretaria de Justiça e Cidadania e suas entidades. Essa parceria traz bons exemplos da prestação de um serviço eficiente”.

Segundo o coordenador, o trabalho feito pelas coordenadorias de Políticas Públicas (destinadas à população negra e comunidades indígenas, adversidade sexual voltada para combater o preconceito e Política sobre Drogas) colabora com a garantia dos direitos fundamentais dos cidadãos e auxilia as Prefeituras. “Oferecemos uma capacitação às Prefeituras para que enfrentem essas problemáticas”, esclareceu.

A presidente do Conselho Deliberativo da APM e presidente da AVESP, Marlene Mariottoni, ressaltou a importância do trabalho desenvolvido pela Secretaria. “Os prefeitos devem procu-

rar a Secretaria de Justiça para que seja estabelecido um sistema de parceria para o desenvolvimento de todos esses projetos. São pessoas atenciosas que realizam um grande trabalho”.

Os participantes do 56º Congresso Estadual de Municípios puderam visitar o estande do Governo de São Paulo na Exposição Paralela de Produtos, Serviços e Tecnologias. (B.B.)



Banco do Brasil apresenta programas direcionados aos municípios

O superintendente de Governo do Banco do Brasil, Rogério Lascava, apresentou na tarde de quarta-feira, dia 14, no 56º Congresso Estadual de Municípios, os programas de atendimento aos municípios paulistas que a entidade possui.

Rogério enfatizou quais os projetos são desenvolvidos nas cidades do interior do Estado que, muitas vezes, não têm fácil acesso às agências bancárias. “Queremos proporcionar condições e melhorias para o atendimento do cidadão, principalmente para aqueles mais carentes”.

O Banco do Brasil possui uma parceria no sentido de fomentar Programas Educacionais, Habitacionais e de Empreendedorismo para os Municípios Paulistas. Os mais destacados no Congresso foram os voltados para a Habitação. (A.F.)



Municípios

A Revista da Associação Paulista de Municípios **DE SÃO PAULO**

**AGORA SUA REVISTA MUNICÍPIOS DE
SÃO PAULO TAMBÉM ESTA DISPONÍVEL
EM VERSÃO ON-LINE. ACESSE:
WWW.APAULISTA.ORG.BR
E TENHA OS MUNICÍPIOS PERTO DE VOCÊ**



Cidades Sustentáveis são destaques da Caixa



Durante as atividades da quarta-feira, dia 14, o consultor da Presidência da Caixa, Vicente Carlos Y Pla Trevas, discursou sobre o que os municípios precisam fazer para ser sustentáveis, construindo uma agenda compartilhada entre a Caixa e as Prefeituras.

Vicente ressaltou que o Brasil vive um momento de grandes oportunidades. “Retomamos o processo de crescimento que iniciamos em 1930 com novas características. Precisamos fortalecer

os índices dos municípios e ter a ousadia de torná-los mais que uma unidade autônoma”.

A importância das cidades sustentáveis nos próximos anos é grande, salientou o palestrante. “Nós temos de construir uma agenda não só com a Caixa, mas com o Governo Federal, pois assim teremos os princípios para fortalecer as capacidades dos municípios. Caso contrário, não serão cidades sustentáveis”. (A.F.)

Prefeitos debatem a importância da revisão do Pacto Federativo

O último painel de quarta-feira, no 56º Congresso Estadual de Municípios tratou de um assunto bastante debatido em todos os discursos do evento e de extrema importância para os municípios: o Pacto Federativo.

Segundo o presidente da APM, Marcos Monti, se todos não se unirem em torno de um ideal, tudo será mais difícil. “Sempre falo pela unidade e da sua importância. Precisamos estar fortalecidos para caminhar juntos, com o objetivo de mudar a história dos municípios brasileiros”.

O prefeito de Itu e presidente da APRECESP, Herculano Castilho Passos Júnior, reforçou que há muito tempo essa união é pedida. “Esta divisão dos recursos entre governo federal, estadual e municipal é muito errônea e fica difícil continuar dessa forma. Esta pauta foi muito bem elaborada pela APM”.

Alguns exemplos foram citados pe-

los palestrantes com intuito de mostrar aos congressistas como é difícil administrar um município com orçamento insuficiente. “Temos obrigação de gastar 15% com saúde, porém, gastamos mais de 30% na realidade. Como podemos trabalhar se os recursos são escassos?”, indagou o prefeito da cidade de Juquiá e presidente do CODIVAR, Mohsen Hojeije. E continuou. “Se não formos atrás daquilo que queremos, não vamos conseguir nada”. Vale ressaltar que os municípios ficam com 17% do bolo tributário do país.

O prefeito de Álvares Florence e presidente da AMA, Alberto Cesar de Caires, deu como exemplo a iluminação pública. “Já bancamos remédios, cirurgias, tratamentos e suportamos sem recurso algum. Em breve, teremos de arcar com as despesas de iluminação pública. É muito difícil”.

O prefeito de Garça e presidente da

APREMCOP, Cornélio Marcondes, ratificou os discursos anteriores. “Daqui a alguns anos, teremos dificuldades em ver pessoas de bem colocando seu nome para qualquer cargo, pois, como os recursos são baixos, ninguém irá querer tomar a iniciativa de administrar um município”. (A.F.)





Circo para todos é tema do Momento Cultural no 56º Congresso

Representando a Associação Brasileira de Circo (Abracirco), Camilo Torres falou sobre o Plano Nacional de Cultura, de dezembro de 2010, que objetiva aumentar em 60% o número de pessoas que frequentam espetáculos de teatro, museu, centro cultural e, principalmente, apresentações circenses.

Para ele, a promoção deste tipo de espetáculo resulta em diversos benefícios. “Valorizar a atividade circense é dever de todos nós, gestores da cultura. Afinal, os benefícios são inúmeros até mesmo para a economia municipal, pois, quando o circo chega à cidade, contrata-se pessoal, destina-se parte da renda para o município, assim como promove o turismo local e oferece oportunidades para os comerciantes melhorarem suas vendas”, disse.

Após uma apresentação circense com interação dos participantes, foi

aberto espaço para perguntas. O professor do Centro Paulo Souza, Alexandre José Silva, pediu o uso da palavra para parabenizar o trabalho da Abracirco.

Silva mencionou seu mestrado em Orlando, nos EUA, que avalia as propostas das atividades lúdicas como promulgadoras de uma qualidade de vida. “Esta apresentação que acabamos de assistir prova que, assim como no circo, a diversão e a alegria fazem bem à saúde das pessoas; nos sentimos como crianças novamente. É



nesta formação que tenho me inspirado para motivar, treinar e, assim, transformar o relacionamento interpessoal da sociedade”, finalizou. (C.E.S.)



Programação Especial é aberta com a orquestra juvenil de São Vicente

A diversidade de assuntos marcou o primeiro dia da Programação Especial do 56º Congresso Estadual de Municípios.

Após a apresentação da orquestra juvenil do Centro Educacional e Recreativo de São Vicente, a primeira dama da cidade, Márcia Papa Garcia, ressaltou ser uma honra abrigar o evento pela segunda vez consecutiva. “Sabemos que, quando reunimos esforços, conseguimos ajudar a população”.

Em seguida, Dr. Maria Eugenia Lemos Fernandes abordou o tema de combate à extrema pobreza. Ela lembrou que nos anos 90, atrelado ao apoio da APM, foi possível praticamente acabar com os impostos nos preservativos, fazendo com que os custos deste produto se tornassem cada vez mais acessíveis. “Isto é uma prova que quando unimos política, saúde e os direcionamos para um fim específico é possível atender aos anseios da população”, avaliou.

Afirmou, ainda, que a saúde deve estar aliada à preservação do meio ambiente. Por isso, uniu forças com a Saúde da Família para capacitar equipes que auxiliam na conscientização da coleta seletiva e que também fazem recolhimento de material para reciclagem,

assim como atendimentos médicos em bairros populosos e menos desenvolvidos. “São medidas simples (como pontos de recebimento de óleo de cozinha e o recolhimento de remédios vencidos nas moradias) que resultam em ações completas”, disse.

Mais saúde

Ainda no campo de Saúde, o prefeito de Itu, dr. Herculano Castilho Passos Júnior, falou sobre o câncer de colo, a segunda doença sexualmente transmissível que mais mata mulheres no mundo. Comentou sobre sua gestão política na cidade de Itu e o projeto de Lei que regulamenta a vacinação contra a HPV. “Temos que conscientizar as meninas que isto é uma doença séria e que pode ser prevenida por meio da vacinação, além do uso de preservativo essencial para evitar gravidez indesejável e outras doenças”.

Oportunidade para todos

Representando a Caixa Econômica Federal, o gerente regional Mauro Antônio Gonsales trouxe explicações sobre o micro crédito para pessoas físicas e jurídicas que trabalham ou não na informalidade. “O objetivo principal

é destinar esses recursos financeiros para atividades produtivas, seja para investimentos ou para capital de giro. O que queremos é ajudar as pessoas empreendedoras que buscam agilidade e orientação na aplicação do crédito”.

Jovens e Política

Na última explanação de quarta-feira, Danilo Otto, da Secretaria de Assistência Social de São Vicente, mostrou os projetos do município que visam à inclusão social dos jovens vicentinos. “A intenção é proporcionar ao jovem sua emancipação para que possam automaticamente se reintegrar na sociedade. Como exemplo, podemos citar o Programa Tubo de Ensaio: quando os adolescentes deixam o programa, eles passam a participar remuneradamente das atividades, ajudando a educar outros jovens”, finalizou. (C.E.S.)



Gerente da Caixa esclarece funcionamento do SICONV aos prefeitos



Na manhã de quinta-feira, dia 15, a programação do 56º Congresso Estadual de Municípios começou com a palestrante Ilse Regina Barbosa Vaccari, gerente da área do Desenvolvimento Urbano da Caixa Econômica Federal (CEF).

Ilse falou sobre o Siconv, que é um sistema de acompanhamento, fiscalização e controle pelo público externo e órgãos controladores dos recursos federais repassados aos municípios. “O Siconv tem como objetivo facilitar a prestação de contas, trazendo maior

transparência ao processo de transferência de recursos”, explica.

Ilse conta que as Prefeituras ainda possuem dificuldade em entender o processo de funcionamento. “Os usuários têm dificuldade na utilização do sistema. Por este motivo viemos aqui para esclarecer os papéis de cada órgão vinculado ao Siconv e também desmistificar a impressão de que os procedimentos são burocráticos”.

Os gestores que tiverem dúvidas podem procurar as unidades da Caixa Econômica Federal. (B.B.)

Cartilha sobre execução fiscal pede eficiência na cobrança

O juiz assessor do corregedor geral da Justiça, Afonso de Barros Faro Júnior, esteve presente na quinta-feira, dia 15, no 56º Congresso Estadual de Municípios, em São Vicente, para falar sobre dívidas ativas e as soluções para que as cidades paulistas sejam eficientes na cobrança.

Conforme divulgou, foi elaborada uma cartilha para passar algumas breves explicações sobre este assunto, de alta relevância para as Prefeituras. “A cartilha será distribuída aos municípios sobre soluções para as dívidas ativas. Levantamos três grandes tópicos: cobranças extra-ju-



diciais, sugestões de análises prévias e medidas para produzir uma resolução para o acervo e receber créditos”, pontuou Afonso.

Uma das medidas para resolver a

questão seria a emissão de um boleto de pagamento já com as juras e multas, em caso de inadimplência. “As pessoas deixam de pagar momentaneamente e depois não têm a iniciativa de procurar o órgão público para pagar”, afirmou o assessor.

Afonso finalizou destacando alternativas e disse que as cartilhas serão distribuídas aos municípios. “Vamos propor as execuções fiscais nessa hipótese, pois, assim, pode haver dedicação total ao devedor (conhecido e localizável), fazendo com que a Prefeitura tenha patrimônio e crédito significativo”. (A.F.)

Importância da tecnologia nos municípios é debatida no 56º CEM

Na manhã de quinta-feira, dia 15, um tema novo e que caminha de acordo com o desenvolvimento do país foi discutido no 56º Congresso Estadual de Municípios: “Cidades 2.0 - Tecnologia como solução para a Gestão Pública”.

O palestrante Marco Aurélio Vitale, diretor de Tecnologia da Informação e especialista em soluções governamentais para cidades, levou aos congressistas os projetos desenvolvidos pela Gol Mobile e que têm como objetivos otimizar os processos de gestão pública e integrar a comunicação com o cidadão. “Podemos dar agilidade às administrações e melhorar a percepção dos governos municipais usando ferramentas tecnológicas e de mobilidade”.

Chamado “Letivo”, este projeto de educação conecta alunos e pais da rede pública à gestão municipal de ensino. “Conseguimos fazer a conexão família-escola-secretaria de educação. Já foi implantado em algumas cidades do Brasil como, por exemplo, no Rio de Janeiro. Criamos um sistema que permite aos pais realizarem a matrícula dos filhos na escola por meio de mensagem instantânea via celular (SMS). Antes, os pais enfrentavam filas para garantirem a vaga de seus filhos. Agora, tudo isso é feito por um celular”, relatou Vitale.

Neste projeto, os professores também dispensam o diário de classe e passam a utilizar um tablet como plataforma de gestão de todas as informações do aluno. “O professor encontra ali uma ferramenta para fazer a chamada de sala. Ele possui acesso aos dados de cada aluno e, no caso do a estudante

faltar três vezes à aula, os pais são imediatamente avisados via SMS”, afirmou Marco Aurélio.

Outro projeto de destaque para a Educação é a “Nuvem de Livros” uma biblioteca on line com milhares de livros e conteúdo multimídia.

Segundo o palestrante, este projeto vem para auxiliar as escolas públicas e privadas a disponibilizarem aos seus alunos o acesso a um grande acervo de qualidade em meio da tecnologia. “Houve um aumento na oferta de banda larga o no Brasil, que se tornou o terceiro mercado de computadores do mundo. A Nuvem de Livros pode ser acessada de qualquer dispositivo: computador, tablet ou smartphone. Possui um formato moderno e interativo que desperta o interesse pelo aprendizado com conteúdos de textos e multimídia”.

O palestrante complementou dizendo que essa biblioteca on line “não substitui o papel, mas cria um ambiente atrativo para essa nova geração de estudantes”. (veja matéria sobre o projeto Nuvem de Livros na página 56)

Já o “Saudável” é um aplicativo que permite conectar cidadãos e o serviço público de saúde. Faz o agendamento de consultas por SMS, pesquisas de



satisfação e a comunicação direta com o usuário da rede pública de saúde. “O Saudável é uma ferramenta que otimiza os recursos e organiza a agenda dos hospitais, sendo uma forma direta de redução do absenteísmo, ou seja, aqueles pacientes que marcam consultas e exames, mas não comparecem na data agendada”.

Marco Aurélio ainda discorreu sobre outros projetos criados, de modo especial, destacando o 156 Total – Central de Atendimento ao Cidadão, que permite fazer a solicitação dos principais serviços públicos municipais e ainda acessar notícias e informações sobre as Prefeituras. “Funciona como uma central de atendimento multi-plataforma que pode ser acessada de diversos meios: telefone, web, SMS, tablets e smartphones.”, concluiu. Para obter mais informações, entre em contato com vitale@golgrupo.com.br . (A.F.)



Transferência de Ativos da Iluminação Pública é abordada pela Aneel em painel do 56º CEM

Em primeira mão, a Aneel trouxe para o painel do Congresso, no dia 15, informações atualizadas da Resolução Nº 414/200 que trata sobre a transferência dos ativos de iluminação pública para os municípios.

O superintendente Marcos Bragatto afirmou que o objetivo da companhia é proporcionar condições favoráveis para que o mercado de energia elétrica se desenvolva com equilíbrio entre os agentes e entre os municípios.

Demonstrou os conteúdos que regem a resolução e os artigos principais que vigoram o posicionamento para as distribuidoras e os municípios, assim como quais procedimentos devem ser

adotados na firmação contratual e nos relatórios técnicos.

Reconheceu também que a companhia falhou quando não fez interlocução com os municípios. “O tema era muito sensível. Foi por isso que reabrimos o processo de discussão. As audiências públicas iniciadas no ano passado vieram para cumprir esta função”.

Este ano serão realizadas sessões pelos estados e em São Paulo haverá uma no segundo semestre, com a participação de 115 agentes.

Todos os municípios terão o limite máximo para assumir a iluminação pública até 31 de janeiro de 2014.

Segundo Marcos Bragatto, esta pro-

rogação aconteceu porque 2103 é ano eleitoral. “Se fosse definido para 2013, provavelmente as cidades não conseguiriam atender o prazo estipulado”.

O presidente da APM, Marco Monti, lembrou que é necessário um estudo para definir se os municípios podem assumir mais esta responsabilidade. “Nós, municipalistas, lutamos para que este serviço permanecesse como estava ou para que fosse criada uma emenda constitucional, mas sabemos que não é uma tarefa fácil. Porém, devemos continuar reavaliando quais atitudes devem ser tomadas para que a administração melhor se adapte a esta nova realidade”. (C.E.S.)

Carteira de

Agente Público Municipal

Prefeitos, Vice-Prefeitos e Vereadores, que integram os municípios associados à APM, podem solicitar a sua.

Uma prática carteirinha confeccionada pensando em você Gestor Municipal



SOLICITE A SUA AGORA MESMO!

INFORMAÇÕES

Fone: (11) 2165.9999 | E-mail: apaulista@apaulista.org.br



Universalização do Saneamento é debatida pelos congressistas da 56º CEM

O painel “Saneamento” foi ministrado pelo secretário adjunto de Saneamento e Recursos Hídricos do Estado de São Paulo, Dr. Rogério Menezes, na manhã de quinta-feira.

Primeiramente, ele comentou sobre os desafios para que a universalização do saneamento seja completa e que atenda todos os estados, representando 100% de água limpa e de esgoto tratado para o Estado. “Para que isto ocorra é necessário que a população de baixa renda faça a ligação nas redes de esgoto. O programa ‘Se ligue na rede’ oferece recursos financeiros para que as famílias de baixa renda façam a conexão de seu esgoto à rede pública”.

Por meio de slide, demonstrou os gráficos da urbanização e de renda do Estado de São Paulo em comparação aos dados de atendimentos de abastecimento de água e coleta de esgoto, analisando que São Paulo é privilegiado por ser responsável pela metade do tratamento de esgoto no país.

Ainda na análise, foi afirmado que atualmente a região metropolitana de São Paulo consome 432% em relação à vazão mínima disponível, ou seja, para atender o consumo de água desta região é necessária a retirada de água em outras bacias. “Por isto direcionamos o investimento de 1,5 milhão de reais para recuperar e preservar as mananciais da represa Billings e da represa da cidade Cotia”.



Outros investimentos

Todos os investimentos previstos para os anos de 2011 a 2020 foram explanados e representam na totalidade um valor aproximado de 20 bilhões de reais, além de outros 287 milhões de reais oriundos pelas iniciativas próprias dos municípios de São Paulo.

O palestrante sintetizou alguns dos programas que já estão em atuação no Estado, sendo eles: Onda limpa litoral, Água no litoral, Córrego Limpo, Tiete Pinheiro – Coleta e Tratamento e o programa Água é vida.

O assessor da presidência da Sabesp, José Aurélio Boranga, afirmou que a instituição, em parceria com o Governo Federal, quer solucionar os problemas de saneamento no Estado de São Paulo e chegar até 2019 no pa-



tamar de países desenvolvidos, como o Japão. “Os investimentos são cada vez maiores, uma vez que a degradação do meio ambiente também intensifica ao longo dos anos, mas, como todos estes investimentos, intencionamos reduzir as perdas de água potável para 13% até 2105”. (C.E.S.)

Cepam oferece cursos e seminários aos gestores públicos

O gerente de relações institucionais, Antonio Celso de Paula Albuquerque Filho, discorreu na quinta-feira, dia 15, durante o 56º CEM, sobre cursos regionais e os seminários eleitorais para gestores públicos, oferecidos pelo Centro de Estudos e Pesquisas de Administração Municipal (Cepam).

O Cepam tem o intuito de contribuir para o fortalecimento dos municípios associados com a capacitação dos gestores públicos. “Para isso possuímos a escola de Gestão Pública, que oferece cursos voltados às pessoas que auxi-

liam diretamente os prefeitos”, explicou.

Serão oferecidos pelo Cepam Seminários Eleitorais para que prefeitos, vice-prefeitos, vereadores e partidos políticos possam se atualizar para as eleições que acontecem neste ano.

Os seminários têm início em abril, na cidade de São Paulo. Depois, acontecem em outros municípios. “O objetivo da Cepam é construir uma ação integrada com os municípios e dar voz a todos nossos colegas para que o Estado possa ouvi-los”, finalizou. (B.B.)



Bradesco expõe produtos criados para o Poder Público



Apresentados pelo gerente de produtos e serviços, Márcio de Araujo Gouveia, o Bradesco levou para o 56º CEM a explanação de seus produtos que facilitam a gestão financeira pública.

A novidade deste ano é o aplicativo desenvolvido pelo Banco que promove a agilidade dos gerenciamentos financeiros das Prefeituras.

Segundo ele, este é um recurso essencial para que as Prefeituras organizem a arrecadação e a sua administra-

ção financeira, assim como assegurem um controle mais adequado para as informações resultas dos processos contábeis.

O palestrante citou alguns dos principais benefícios do aplicativo, como impressão de guias, mecanismo de backup e fonte segura no cálculo da arrecadação municipal.

Mais informações sobre o aplicativo podem ser obtidas no portal www.bradescopoderpublico.com.br. (C.E.S.)



Coordenador de regiões da Secretaria de Estado da Saúde explica tabela do SUS

Para discursar sobre o reajuste da tabela do SUS, o coordenador de regiões de Saúde da Secretaria de Estado, Affonso Viviani Junior, participou do 56º Congresso Estadual de Municípios na tarde de quinta-feira, dia 15.

Affonso iniciou seu discurso fazendo um breve histórico do sistema público de saúde no Brasil. “O financiamento do SUS tem as suas características, suas particularidades e desde que o sistema foi implantado no início da década de 1990, em todos os eventos com participação das forças políticas, o tema está presente. A saúde demanda uma contínua e crescente necessidade de aportes sempre adicionais de recursos ao orçamento da saúde”.

Segundo o coordenador, o sistema utilizado anteriormente – INAMPS – fazia o pagamento aos prestadores de serviço por ele contratados e não havia

uma diferença em relação aos valores. “O modelo de financiamento anterior se fazia mediante a compra do procedimento do INAMPS no mercado”

A lógica de remuneração do INAMPS foi incorporada pelo Ministério da Saúde com a criação do SUS, instituído pela Constituição Federal de 1988. “Todo governo trabalha com orçamentos. E esse orçamento é finito. Desde o início da tabela, os procedimentos que integram o SUS têm de caber no valor orçamentário”, lembrou Affonso.

Depois de explicar sobre a criação do SUS, Affonso Viviani destacou a descentralização do Sistema Único de Saúde com a transferência da responsabilidade para os governos e municípios. “O Ministério teve de adap-



tar às novas exigências que o sistema apresentava para todos os gestores”.

Ao final da palestra, Affonso apresentou valores da lógica de financiamento do sistema. (A.F.)



Silvio Torres expõe os programas habitacionais do estado de São Paulo

O secretário de Habitação do Estado de São Paulo, deputado Silvio Torres, abriu o painel falando dos diversos programas habitacionais promovidos pela Secretaria em prol da organização das moradias no estado. “Este atual governo é responsável pelo maior investimento já realizado no país no campo habitacional. Neste momento, estamos voltando nossa atenção para atender a população carente da região metropolitana de São Paulo, pois apenas nesta região concentra-se 80% do déficit populacional”.

O secretário comentou sobre a parceria com a CDHU, revelando que o modelo permanece igual com apenas uma alteração em sua operação: os recursos financeiros passaram a ser repassados para as Prefeituras, aumentando assim

a função fiscalizadora das construções das casas. “Quando centralizamos esta operação, geramos empregos e renda nos municípios e, desta forma, as cidades podem administrar os recursos em benefícios próprios, contratando empresas locais”.

Falou também sobre a eficiência do programa realizado em Cubatão e Bertoga, que retira famílias residentes em locais de risco. “Também estamos trabalhando na prevenção da ocupação irregular nas encostas litorâneas”.

Ressaltou, ainda, o programa que oferece 16 mil reais às Prefeituras para que possam adquirir novos terrenos e um firmado com o Banco do Povo que fornece recursos para reformas e ampliação de casas construídas pela CDHU.

VISITA

A prefeita em exercício do município de São Paulo, Alda Marco Antônio, visitou o Congresso Estadual de Municípios na tarde de quinta-feira.

Alda andou pelos stands, concedeu entrevistas à imprensa e participou do painel de Habitação, no auditório principal do evento. (C.E.S.)



Agência de Fomento Paulista apresenta linhas de créditos para os municípios

A Agência de Fomento Paulista teve seu espaço na quinta-feira, dia 15, no 56º Congresso Estadual de Municípios, em São Vicente. O Diretor de Fomento, Julio Themes Neto, foi o responsável por repassar aos municípios algumas informações sobre a Agência.

Com projetos de financiamentos para empresas de todo o Estado – pequenas e médias –, a Agência de Fomento também disponibiliza linhas de financiamento voltadas aos municípios. Alguns dos exemplos são linhas de crê-

ditos para que as cidades possam fazer obras de infraestrutura viária, construir distritos industriais e arenas multiusos para acomodar atividades sociais, esportivas e econômicas.

Em fevereiro, a Agência lançou em parceria com o Governo do Estado uma linha de crédito para os municípios que se inscreveram como pré-candidatos à Centros de Treinamentos de Seleções para a Copa do Mundo no Brasil em 2014. “Colocamos a taxa de juro, neste caso, a 2% ao ano. Normalmente, esta

taxa é entre 5% e 7% ao ano. Os prazos para pagamentos são bem longos. Estamos à disposição das Prefeituras para conhecerem detalhes de nossos projetos”, destacou Julio. (A.F.)



Secretário Márcio França fala sobre as novas diretrizes para aumentar o turismo no Estado

No 56º Congresso Estadual de Municípios, o deputado Márcio França revelou que a Secretaria de Turismo vem trabalhando para desenvolver o turismo no Estado de São Paulo e também para atender um novo tipo de turistas: cidadãos que não possuem renda alta.

Segundo o secretário, antigamente havia maior preocupação com o turismo corporativo, ou seja, pessoas que vinham a São Paulo para realizar negócios. Com a alavanca da economia, as famílias com renda moderada passaram a realizar mais excursões turísticas. “Agora, queremos voltar às atividades turísticas para as famílias da classe C que representam maior índice de viagens turísticas no interior do estado, motivados, principalmente, pela religiosidade e fé”.

Márcio França falou também sobre

a proposta de lei que visa criar um novo subgrupo de estâncias, classificando assim cidades que tenham interesse em se tornar referências de espaços turísticos. “Queremos dar a chance para que outras cidades, além das 67 já cadastradas, possam se desenvolver neste setor. Os recursos financeiros seriam destinados de acordo com a aplicação e esforços que o município teria com área turística”.

Afirmou, ainda, que existem cidades que deixam de retirar os recursos financeiros que lhe são destinados para investimentos na área. “Este subgrupo faria com que as cidades fossem mais atentas. O percurso para se tornar estância é longo e precisa passar por aprovação da Assembleia, da Se-



cretaria e do Governo. Não queremos a paz de cemitério, pois na vida política é preciso que haja conflito. Portanto, é de responsabilidade do gestor público estabelecer as ações que direcionem o município para o desenvolvimento turístico”, concluiu. (C.E.S.)

Secretário da Casa Civil destaca projetos do Governo para os municípios



O último painel de quinta-feira, dia 15, foi ministrado pelo secretário de Estado da Casa Civil, Sidney Beraldo.

De acordo com Sidney Beraldo, o Estado de São Paulo vive um bom momento. “Nenhum Estado brasileiro tem, hoje, a capacidade que o nosso tem. Há uma eficácia na implementação das políticas através das parcerias com os municípios”. O Governo do Estado tem até o dia 6 de junho para assinatura de convênios, já que este é um ano eleitoral. “A grande maioria de investimentos se darão nos municípios. Estamos vivendo

um processo de amadurecimento democrático. Este Congresso é de grande importância aos líderes políticos, uma vez que trata de todos os assuntos relevantes e de interesse da população e articula todas as secretarias para integrá-las com o desejo de ouvir os prefeitos”, afirmou Beraldo.

Como o governador Geraldo Alckmin fará o encerramento do Congresso, Beraldo ressaltou que ele divulgará as novidades. “Ampliaremos a nossa participação colocando mais recursos nos municípios”. (A.F.)

Imprensa Oficial fala sobre projeto de transparência e certificação digital

A Imprensa Oficial é uma das pastas da Secretaria da Casa Civil e também esteve presente neste painel com o professor Marcos Monteiro, diretor presidente da Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, que discorreu sobre o Projeto de Transparência Municipal e Certificação Digital.

Empresa de 120 anos de história, a Imprensa Oficial apresentou aos congressistas um portal que possibilita, com facilidade, a divulgação das informações necessárias. “A transparência é direito do cidadão e dever dos governantes”, disse Marcos.

Nas funções do portal estão: total aderência às leis complementares, publicação simplificada, validade jurídica com certificação digital e rápida implan-

tação. “Com esta ferramenta é possível ter acesso ao Diário Oficial Eletrônico, todo o processo de licitação que a Prefeitura fizer como a execução orçamentária”, explicou o professor.

Os municípios são obrigados a divulgar todos os seus gastos e receitas em tempo real na internet de forma detalhada. Esta é a Lei de Transparência. Para os que possuem entre 50 e 100 mil habitantes a Lei já está em vigor. Para os que possuem menos que 50 mil, ela terá validade a partir de 2013. “A disponibilidade deste instrumento para toda a sociedade é, além do cumprimento de uma Lei, algo que todo prefeito gostaria de fazer permanentemente, que é uma prestação de contas”, finalizou Marcos Monteiro. (A.F.)





Programa de formação e capacitação de odontólogos promove inclusão social

O penúltimo dia da Programação Especial do 56º CEM contou com a presença da Dra. Mônica Fernandes Gomes, professora da faculdade de Odontologia da Universidade do Estado de São Paulo (Unesp), que apresentou o Programa de Formação em Odontologia para pessoas com Deficiência da Secretaria dos Direitos das Pessoas com Deficiência em parceria com a Unesp.

O programa visa capacitar e formar odontólogos para atendimentos clínicos na área da saúde pública com intuito de promover a saúde bucal e geral da pessoa com deficiência. A equipe é

composta por 18 profissionais de diversas áreas: fonoaudiólogos, radiologistas, médicos, assistentes sociais, psicólogos, entre outros. “A necessidade do programa surgiu da dificuldade em encontrar profissionais da odontologia capacitados para o atendimento aos deficientes”, esclarece.

São disponibilizadas aulas teóricas, atendimentos odontológicos e gestão de resultados para o acompanhamento dos profissionais. O programa também dá assistência às famílias dos pacientes. “Temos o objetivo de nos tornar um centro de referência, para que possamos multiplicar e disseminar

nossos conhecimentos”.

Cerca de 45,6 milhões de brasileiros, ou seja, 23,9% da população possuem algum tipo de deficiência no Brasil, segundo dado divulgado recentemente pelo Instituto Brasileiro Geografia e Estatística (IBGE). “Precisamos do comprometimento dos municípios para o sucesso do programa. As pessoas com deficiência têm os mesmos direitos das pessoas aparentemente saudáveis. Deficiência não é uma doença, mas sim uma condição”, ressalta Mônica. Para mais informações acesse o site do programa www.pfopd.unesp.br. (B.B.)

Profissionais apresentam resultado prévio de programas sociais

O resultado prévio do diagnóstico regional feito pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS), referente ao trabalho desenvolvido pelo Centro de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS) das nove cidades da Baixada Santista, foi apresentado por representantes do Programa Saúde na Escola regional (PSE) na tarde de quinta, na Programação Especial.

O CREAS oferece serviços, programas e benefícios assistenciais para pessoas em situações de violência doméstica, sexual, de rua, mendicância, trabalho infantil, discriminação medidas

sócio-educativas e protetivas.

São discutidas as ações de cada município sobre as violações dos direitos, troca de experiência e procedimentos que contribuíram para os resultados obtidos. “Com muitas tarefas em conjunto conseguimos resultados positivos que só incentivam a continuação do nosso trabalho”, concluiu Melissa Piasecki Farah, representante do grupo PSE regional.

O resultado final do diagnóstico tem data prevista para divulgação em agosto deste ano.

Encerrando as atividades da Progra-

mação Especial, a municipalista Dalva Christofoletti ministrou palestra sobre “A mídia e as primeiras damas”

Segundo ela, a mídia não apoia o trabalho desenvolvido pelas primeiras damas. “Se a mídia não nos dá oportunidades, devemos criá-las; se não nos ajuda, devemos nos ajudar”, concluiu.

Em contraponto, Dalva ressaltou que a sociedade deve contribuir para que a mídia tenha uma postura diferente em relação às primeiras damas. “Devemos buscar uma mudança comportamental”, concluiu. (B.B.)

Painel do 56º fala sobre iniciativas públicas para pessoas com deficiência

Em seu último dia de atividades, o 56º Congresso Estadual de Municípios trouxe para debate os direitos das pessoas com deficiência, tema ministrado pela secretária Dra. Linamara Rizzo Batistella.

A secretária enfatizou a importância de os gestores públicos investirem e elaborarem leis que atendam todos os tipos de públicos. “A inclusão social não pede para que sejam estabelecidas leis periféricas que atendam um determinado tipo de público, mas sim que atendam todos sem distinção”, avaliou.

Em seguida, explanou a acessibilidade arquitetônica e comunicacional nas cidades que devem estar integradas com os direitos das pessoas com deficiência. Alguns pontos foram ressaltados, como: rebaixamentos das guias, implantação de sinal de trânsito auditivo e melhorias nas pavimentações.

Outra questão foi sobre a relevância de investimento para a educação inclusiva dos jovens com deficiências. Citou alguns convênios do MEC com as Secretarias de Ensino que intentam este objetivo, como: salas de recursos



multifuncionais, aulas bilíngues para deficientes auditivos, entre outros.

Para ela, medidas simples como o acesso a material de qualidade e específico e mídias diversificadas devem trazer novos ciclos para as escolas municipais, uma vez que se tornarão mais atrativas e inclusivas. “Nós fortalecemos a saúde física quando cuidamos das crianças desde sua primeira infância”, disse.

Também falou sobre o incentivo às escolas para que sejam dotadas

de condições para que os alunos com deficiências possam frequentar aulas de educação física.

No final, afirmou que estas novas etapas, além de incluírem e prezarem o direito básico de todo cidadão, culminam com o avanço da empregabilidade. “Não basta criar vagas para os deficientes, mas devemos promover a funcionalidade dos espaços para que possam abrigá-los, estimulando esta nova modalidade de participação”. (C.E.S.)





Tribunal de Contas apresenta os cuidados e as restrições do último ano de mandato

Por: Iracy Alvarenga

O último tema da programação geral do 56º Congresso Estadual de Municípios, na manhã de sexta, foi apresentado pelo assessor técnico do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, Dr. Flávio Correa de Toledo Junior, que pontuou as restrições impostas tanto pela Lei Eleitoral, como a de Responsabilidade Fiscal, nos 180 dias que antecedem as eleições municipais.

O auditório lotado acompanhou com interesse suas considerações sobre os cuidados que devem ser observados neste ano de eleição, quando se nota um aumento significativo do gasto público, ressaltando que a Câmara Municipal, em sua função mister de fiscalizar o Executivo, deve ficar atenta às contas da Prefeitura.

Em sua explanação, Dr. Flávio reafirmou a aplicabilidade da Lei de Responsabilidade Fiscal que, além de moralizar

as contas públicas, reduziu significativamente os “déficits” e gastos desenfreados com pessoal, e da Lei Eleitoral, que veio para impedir favorecimentos e coibir a utilização da máquina pública para fins eleitorais.

Se atendo à atuação fiscalizadora das Câmaras, o técnico do Tribunal de Contas observou pontos importantes para o perfeito acompanhamento das contas da Prefeitura, em obediência às leis vigentes.

Pontuou situações que devem merecer melhor a atenção dos vereadores na observação do orçamento, como a utilização correta do mecanismo ‘restos a pagar’, evitando a realização de manobras, que podem culminar com a transferência de débitos para contas em longo prazo – descaracterizando sua natureza técnica; bem como a utilização da dotação ‘serviços de terceiros’, onde

pode ser realizadas transações, revestidas de legalidade, mas impertinentes ao setor público.

No tocante à Lei Eleitoral, reforçou a proibição da implantação de novos programas, que objetivem a distribuição de alimentos ou materiais, no período que antecede as eleições.

Foi enfatizado também atenção para as obras eleitoreiras, que não raro, inicia os pagamentos, deixando a dívida para o próximo prefeito, em descumprimento a Lei de Responsabilidade Fiscal, que determina que as despesas efetuadas no período de maio a dezembro devem ser quitadas ou ser reservado o montante para o próximo exercício.

O palestrante alertou o Legislativo para que fique atento à utilização de autarquias ou fundações para a realização dessas obras, uma vez que essas não se enquadram nesta proibição.

Foi abordada também a questão do aumento de despesas com pessoal, que podem ser realizadas pelas Câmaras, somente em caráter emergencial e desde que haja a compensação financeira, buscando o equilíbrio orçamentário.

Sobre a revisão geral anual, a Lei Eleitoral determina que, em ano eleitoral, a partir do mês de abril o reajuste será baseado na captação da inflação de janeiro até abril; norma esta acatada pelo Supremo Tribunal, reiterando que a reposição salarial, tanto da Câmara, como da Prefeitura, deve seguir esse critério, a despeito da Emenda Constitucional 19.

Finalizando, Dr. Flávio alertou os congressistas que no dia 15 de abril chega às Câmaras o projeto que estabelece as diretrizes orçamentárias que orientarão a formação da Peça Orçamentária, explicando sua natureza descritiva, onde estão os projetos e as normas de direito financeiro.

Promotor pede apoio dos municípios para fortalecer medidas preventivas



O promotor de justiça do Guarujá, Osmair Chama Junior, encerrou o ciclo de palestras da Programação Especial do 56º CEM, na manhã de sexta-feira, discursando sobre "A Proteção Integral e o Acolhimento de Crianças e Adolescentes".

Osmair contou sobre as mudanças no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em relação à lei de adoção, que enfoca a convivência familiar. "Mesmo antes do acolhimento, trabalhamos para que a criança fique na família.

O acolhimento só acontece quando a família não adere aos serviços de

orientação que são colocados a sua disposição", explica. Nenhuma criança pode ser afastada de seu domicílio familiar sem que antes seja movida uma ação judicial para constatar sua situação de vulnerabilidade ligada à violência e abandono, salvo em casos de urgência, que posteriormente são comunicados à justiça.

Contudo, o promotor aponta que os órgãos envolvidos nesse processo – conselhos tutelares, setores técnicos dos fóruns e municípios – devem fortalecer as medidas preventivas. "É fundamental que os municípios tenham seus CRAS,



que estes funcionem efetivamente, porque é através dos serviços prestados por eles que as medidas protetivas têm início", conclui. (B.B.)



Lançamento da Campanha Metropolitana do Agasalho encerra atividades da Programação Especial

O lançamento da 7ª Campanha Metropolitana do Agasalho da Baixada Santista ocorreu no último dia da Programação Especial da 56ª CEM, na manhã de sexta-feira.

No ano passado, foram arrecadadas 465.760 peças mil peças. “O aumento das doações e da qualidade das peças todos os anos me deixa muito feliz. Essa é uma ação de solidariedade para as pessoas que precisam ser acolhidas”, declarou a primeira dama e presidenta do Fundo Social de São Vicente, Márcia Papa Garcia.

Informações sobre a 7ª Campanha

Metropolitana do Agasalho podem ser obtidas nos Fundos Sociais das cidades da Baixada Santista.

Logo após o lançamento, teve início a Sessão Solene de Encerramento da Programação Especial.

A coordenadora geral da Programação Especial, Andréa Siqueira Monti, agradeceu o empenho de toda equipe envolvida, os anfitriões e elogiou os projetos sociais desenvolvidos na cidade de São Vicente. Também cumprimentou todos que estiveram presentes. “Gostaria de parabenizar

os presentes pelo interesse de vir buscar informação. A informação tem um poder imenso de mudar os ambientes”. E completou: “o saldo mais uma vez foi positivo e tenho certeza que no próximo ano tudo vai ser melhor”. (B.B.)





Geraldo Alckmin encerra 56º Congresso Estadual de Municípios

O 56º Congresso Estadual de Municípios se encerrou na manhã de sexta-feira, dia 16, com a presença do governador do Estado Geraldo Alckmin e de sua esposa Lu Alckmin.

A mesa de autoridades foi composta também pelo presidente da APM, Marcos Monti, sua esposa Andrea Siqueira Monti; pelo prefeito municipal de São Vicente, Tércio Garcia, acompanhado de sua esposa Márcia Papa Garcia, e do primeiro vice-presidente da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, deputado Celso Giglio.

Marcos Monti foi o primeiro a se pronunciar. Ele ressaltou todas as reivindicações que entraram na Pauta deste Congresso, as quais serão encaminhadas aos governos federal e estadual.

Entre turismo, meio ambiente e outros assuntos, o presidente da APM destacou a saúde. “Vamos solicitar a correção da tabela SUS. Hoje, é impossível gastar os 15% destinados à saúde; a média nacional é de 22%”.

O Pacto Federativo foi um dos temas que o presidente da APM reforçou. “Queremos sensibilizar o Governo Federal, que é o grande centralizador do bolo tributário”.

O prefeito Tércio Garcia, em seu discurso, afirmou que a cidade ficou feliz em receber novamente o Congresso Estadual de Municípios. “Foi mais uma honra para nós receber o maior evento municipalista do país. Nosso município está de portas abertas

para a Associação Paulista”.

O primeiro vice-presidente da Assembleia Legislativa ratificou a importância das reivindicações do Congresso. “Principalmente a pauta da saúde, que pede uma atenção maior e mais condições aos municípios”.

O governador Geraldo Alckmin encerrou os discursos parabenizando a APM pela realização de mais um congresso. “Há muitos eventos destes, mas, por que este é tão importante? Porque não é somente um congresso de gestores. Ele tem um sentido político do país que nós queremos; um sentido econômico porque o desenvolvimento nasce nos municípios; e social, sobre quem pode melhorar a vida da população”.

Pauta

Geraldo Alckmin atendeu alguns itens da Pauta de Reivindicações da APM (confira abaixo a íntegra da pauta), apresentando novidades aos congressistas, como o repasse das unidades de saúde e da casa da agricultura para os municípios.

Para dar prioridade às regiões mais necessitadas, será enviado à Assembleia um projeto de lei que visa à criação de um fundo somente de desenvolvimento regional. “Queremos atrair empresas, fazer compensação tributária e investir em logística”, relatou Alckmin.

O governador argumentou que o terceiro setor é o que mais tem recebido trabalhadores e, dentro dele, citou o turismo. “Nós temos 67 estâncias turísticas, num aumento de 10% em média ao ano do fundo para as cidades – que recebem 275 milhões. Vamos fazer uma proposta de emenda constitucional e, ao invés de 10%, queremos que elas recebam 11% (300 milhões)”.

Outras conquistas atendidas foram: as mudanças nos critérios das estâncias turísticas – dando oportunidade para que novos municípios alcancem



este patamar - e o anúncio da criação de um fundo especial de desenvolvimento regional. “Serão cerca de 300 cidades que irão receber entre 50 e 60 milhões. Estes beneficiados deverão cumprir metas; as três “últimas” que não cumprirem, serão retiradas desta lista e subirão outras três”, explicou.

Além dos itens da Pauta de Reivindicações, Geraldo Alckmin autorizou a compra de 140 ônibus escolares 0 km destinados às Prefeituras (70 veículos de 42 lugares e outros 70 de 22 lugares, todos com acessibilidade) e também anunciou a doação de 64 máquinas

agrícolas para consórcios. “No próximo ano, vamos colocar mais dinheiro para que os consórcios comprem mais máquinas”, enfatizou.

Para finalizar, Alckmin pediu que os laços da atividade pública sejam cada vez mais estreitos. “A política nos permite conhecer novos amigos, rever os antigos e fortalecer laços de afeto por um objetivo comum: servir, trabalhar e defender o interesse público. O congresso da APM extrapola os municípios; é da sociedade, do povo brasileiro e das boas causas sociais, econômicas e institucionais”. (A.F.)

Meio Ambiente

1. Apoio aos municípios para criação, aperfeiçoamento e manutenção dos aterros sanitários;
2. Mudança no prazo para elaboração do Plano Municipal de Resíduos Sólidos.

Turismo

1. Mudar a forma de entrada de municípios na categoria de ESTÂNCIA TURÍSTICA, reformulando a forma de distribuição dos recursos do DADE.

ANEEL – Resolução N° 414

1. Continuar mobilização para que seja facultativa a assunção dos serviços de manutenção da iluminação pública.

Doação dos Imóveis – Casa da Agricultura e Unidades de Saúde

1. Doação dos imóveis do Governo do Estado para as prefeituras, referente às Casas de Agricultura e Unidades de Saúde municipalizadas.

Desenvolvimento Regional

1. Criação de programas para proporcionar o desenvolvimento regional, principalmente fora das regiões metropolitanas;
2. Criação de um REFIS estadual para a regulamentação das empresas e usar os recursos para financiar o desenvolvimento regional.

Pacto Federativo

1. Luta por uma Reforma Tributária, distribuindo mais igualmente entre os entes federados os recursos da arrecadação de impostos.

Saúde

1. Correção dos valores dos procedimentos da Tabela SUS;
2. Necessidade de ações efetivas da Secretaria de Estado da Saúde.

56º Congresso Estadual de Municípios reúne mais de 5 mil pessoas

Por: Daniela Bertoldo

A 56ª edição do Congresso Estadual de Municípios, promovido pela APM entre os dias 13 e 16 de março, em São Vicente, superou as expectativas.

Mais de 5 mil pessoas, representando cerca de 500 municípios, passaram pelo Centro de Convenções Costa da Mata Atlântica, nos quatro dias de evento. “Tivemos a presença maciça de representantes de municípios de todo nosso Estado. Foram dias muito produtivos, debates acalorados e importantes painéis, que refletiram os anseios dos municipalistas”, ressaltou o presidente da APM, Marcos Monti.

Na ocasião, foi apresentada a Pauta de Reivindicações ao governador do Estado, Geraldo Alckmin, que trouxe boas novas aos municípios paulistas. “O encerramento foi brilhante. O governador atendeu a maioria de nossas reivindicações”, comemora o presidente da APM.

Ao final do evento, o governador afirmou que o Congresso da APM foi um total sucesso, pela presença e participação dos congressistas. “Estive no congresso da APM pela primeira vez quando era prefeito, com 24 anos de idade.

Fico feliz de voltar e ver que muitas das conquistas da constituição brasileira, da constituinte de 1988, do fortalecimento de governo local – que é o mais próximo do povo – se devem ao trabalho e à luta da APM”. ►





Saldo positivo

O prefeito de São Vicente, Tercio Garcia, destacou que a APM tem se mostrado, ao longo dos anos, uma grande conquistadora de coisas boas para as cidades do estado de São Paulo. “O governador anunciou muitos pleitos da APM no Congresso passado e neste também. Quero parabenizar a APM pela riqueza dos conteúdos abordados no Congresso e a seriedade com que foi feita a pauta de reivindicações, com questões vitais para os municípios”.

Conforme salientou, a APM tem conseguido traduzir essa união dos prefeitos em pleitos sérios e grandes conquistas. “O Congresso de Municípios mais uma vez foi coroado com êxito”.

O então vice-presidente da APM, José Luis Rodrigues (Zê Louquinho), agradeceu todos os presentes, enal-

tecendo o sucesso do evento. “Muitas prefeituras participaram e é muito importante esta conscientização municipalista para o engrandecimento de nosso país”.

O diretor financeiro da APM, Carlos Cruz, reforçou que são 56 anos de história e de tradição. “Queremos que daqui 20, 30 anos, esse congresso tenha servido para sedimentar a história da APM. Estamos aqui honrando e dignificando o que foi feito nos 56 anos passados”.

A Programação Especial também reuniu grande público e trouxe importantes debates. A coordenadora Andrea Monti enfatizou que o saldo foi bastante positivo. “Tivemos a discussão de vários temas, projetos de grande relevância



para os municípios. Foi muito bom e produtivo”. O secretário geral da APM, Aquevirque Nholla, informou que a APM já está organizando os preparativos para a próxima edição do Congresso de Municípios. Ele aproveitou para anunciar que, em novembro deste ano, a APM realizará a 13ª edição do CBTIM – Congresso Brasileiro de Tecnologia da Informação para os Municípios. Todos estão convidados. ▣

Carta de São Vicente

Reunidos no Centro de Convenções Costa da Mata Atlântica, no Município de São Vicente, Prefeitos, Vice-Prefeitos, Vereadores e demais municipalistas de todo o Estado de São Paulo, em seu 56º Congresso Estadual, promovido pela **ASSOCIAÇÃO PAULISTA DE MUNICÍPIOS – APM** e pelo **MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE**, **APROVARAM** esta CARTA à qual está incorporada a síntese dos painéis temáticos que integraram a pauta do evento, bem como, as propostas aprovadas nas sessões plenárias.

MUNICIPALISMO: INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO foi o tema que agitou as palestras e debates que abrilhantaram o evento. Binômio que se traduz pela necessidade do esforço conjunto de todos os Municípios Paulistas para alcançar a plena satisfação do interesse público, entendido este como interesse geral da sociedade.

Além disso, temas importantes, hospedados na Pauta de Reivindicações, levada ao 56º Congresso Estadual de Municípios, foram amplamente discutidos pelos congressistas, tendo sido aprovados e integrados a esta Carta de São Vicente, envolvendo em síntese: **MEIO AMBIENTE** e os Planos Municipais de Resíduos Sólidos; a **SAÚDE** e a correção dos valores da Tabela **SUS**; o **DESENVOLVIMENTO REGIONAL**, com proposta de criação de programas específicos; o **TURISMO ESTADUAL**, sugerindo a altera-

ção da legislação de regência da matéria; a **RESOLUÇÃO 414 da ANEEL** e a transferência da manutenção dos serviços de Iluminação Pública e, finalmente o **PACTO FEDERATIVO**, com a proposta de retomada imediata da luta por uma Reforma Tributária justa, distribuindo mais igualitariamente

entre os entes federados os recursos da arrecadação de impostos.

Concluindo, é oportuno lembrar que hoje, mais do ontem, os municípios devem estar preparados para assumir desafios cada vez mais abrangentes e complexos, em especial nas áreas da educação, saúde, saneamento básico e assistência social, condição fundamental para o pleno desenvolvimento da nação brasileira, para que o Brasil possa alcançar o patamar de país do primeiro mundo e deixar, definitivamente, a incômoda posição de “emergente”.

Desafios que, cada vez mais, demandam permanente integração entre os governos locais, papel reservado ao movimento municipalista, através de suas entidades representativas capitaneadas, no Estado de São Paulo, pela **ASSOCIAÇÃO PAULISTA**



DE MUNICÍPIOS.

O instrumental necessário está à disposição de todos os municípios: a Lei de Responsabilidade Fiscal; o Estatuto da Cidade; as Parcerias Público-Privadas; a Lei dos Consórcios Públicos; os Marcos Regulatórios do Saneamento Básico e dos Resíduos Sólidos e, mais recentemente, a Lei Complementar nº 140/2011, que fixa normas para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no exercício das diversas ações administrativas que envolvem a proteção e preservação do meio ambiente.

São Vicente, 16 de março de 2012.

MARCOS MONTI
Presidente da APM

Galeria de fotos



56º Congresso



56º Congresso

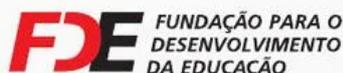


56º Congresso

Apoio



Apoio Institucional



SECRETARIA DE
TURISMO

CENTRO PAULA SOUZA



SECRETARIA DE
ESTADO DA HABITAÇÃO



SECRETARIA DE
SANEAMENTO E
RECURSOS HÍDRICOS



Agência de Fomento
Paulista

SECRETARIA DE
MEIO AMBIENTE



sabesp

SECRETARIA DE
ESTADO DA EDUCAÇÃO



CEPAM

SECRETARIA DA JUSTIÇA
E DA DEFESA DA CIDADANIA



CDHU



CETESB

PATROCÍNIO



Caixa Econômica Federal: www.caixa.gov.br

Banco do Brasil: www.bb.com.br

Petrobras: www.petrobras.com.br

Bradesco: www.bradesco.com.br

Oi: www.oi.com.br

Página da História

Por: Carlos Cruz

Nesta edição, homenageamos líderes municipalistas do Estado de São Paulo, como também figuras da mais alta relevância da história de nossa pátria



Flagrante de 1985 mostra ao microfone o advogado Heráclito Sobral Pinto, à época indicado para o prêmio Nobel da Paz, agradecendo o título de dr “Honoris Causa”, concedido pela USP. Ouvem o discurso: o senador José Fragelli (à época presidente do Senado Federal), dr José Goldemberg, à época reitor da USP e o tesoureiro da APM, Carlos Cruz, à época presidente da Câmara Municipal de Campinas;



Flagrante da época das “Diretas Já”, onde se vê o Cavaleiro da Esperança Luis Carlos Prestes, rodeado de amigos, tendo à sua esquerda o nosso 1º secretário da APM e ex-prefeito de Itapuí, Antonio César Simão.



Governador caipira Laudo Natel, presente no 19º Congresso Estadual de Municípios., realizado em Campos do Jordão, em 1975.



Governador Mário Covas visita o 40º Congresso Estadual de Municípios, realizado em Serra Negra, em 1996



Mudanças climáticas, cenários de risco e redução das vulnerabilidades no Planejamento e Gestão Municipal

Agostinho Tadashi Ogura e Ros Mari Zenha (pesquisadores IPT) e Augusto José Pereira Filho (IAG/USP)

A atuação do homo sapiens no planeta Terra tem sido tão intensa e provocado tantas alterações que, em 2012, na Austrália, a Comissão de Estratigrafia da Sociedade Geológica de Londres (Reino

Unido) decidirá se o atual momento do planeta pode ser classificado como uma nova época geológica moldada pelo ser humano – o Antropoceno (denominação popularizada pelo geoquímico holandês

Paul Crutzen, prêmio Nobel de Química, em 2002, para determinar as mudanças no planeta ocasionadas pelo homem a partir do início da Revolução Industrial).

O uso e a ocupação do solo, em ►

nossas cidades, vêm sendo feitos de forma inadequada, à revelia das peculiaridades do meio físico (aspectos geológicos, geomorfológicos, climáticos dentre outros), ora pela criação de situações problemáticas por causa do surgimento de assentamentos precários, ora pela adoção de políticas públicas de adensamento construtivo que atendem, prioritariamente, à dinâmica do mercado imobiliário de terras urbanas.

E o que dizer das mudanças climáticas no planejamento e gestão municipal?

O Instituto de Astronomia, Geofísica e Ciências Atmosféricas da Universidade de São Paulo - IAG/USP faz medições de variáveis meteorológicas no Parque Estadual das Fontes do Ipiranga há 79 anos.

A análise desses dados disponíveis, no período, indica diminuição da umidade relativa do ar em 7%, aumento da temperatura do ar em 2,1o C, aumento da precipitação em 400 mm, mudança da direção do vento de SW para NE. Ainda, trabalhos recentes indicam um aumento de ocorrências de inundações, enchentes, deslizamentos, descargas atmosféricas e rajadas de vento, granizo, entre outros como ondas de calor.

Os fatores responsáveis por essas variabilidades e mudanças microclimáticas estão associados com aspectos sistêmicos globais (impacto dos eventos de El Niño, La Niña e Oscilação do Sul na RMSP) e mudanças locais de origem antrópica, tais como: aumento da área urbana horizontal e vertical; aumento da poluição do ar e do material particulado e redução das áreas vegetadas.

Eventos meteorológicos associados com enchentes, rajadas de vento, descargas elétricas e granizo no período de primavera e verão e os associados com

intensa poluição e baixa umidade no outono e inverno têm tido um impacto muito significativo na qualidade de vida da população.

A consciência ambiental frente à variabilidade do clima e mudanças climáticas traz novos desafios para o planejamento do uso e ocupação do solo de nossas cidades e para o direito urbano: como tornar as cidades menos vulneráveis e mais seguras frente aos eventos climáticos mais severos e mais frequentes nos próximos anos?

A sucessão de eventos catastróficos de natureza hidrometeorológica – enchentes e deslizamentos na região leste de Santa Catarina (2008), deslizamentos em Angra dos Reis e Ilha Grande (2009), enchentes e deslizamentos na Região Metropolitana do Rio de Janeiro (2010) e as enchentes e deslizamentos na região serrana do Rio de Janeiro (2011), este último com saldo recorde de perda de vidas humanas e considerado o pior desastre natural da história do Brasil – mostra de forma clara o alto grau de vulnerabilidade a que muitas localidades estão sujeitas.

Importante ressaltar que existem dados técnicos que caracterizam explicitamente essas vulnerabilidades associadas a áreas de risco de enchentes e escorregamentos, e há soluções capazes de eliminar esses cenários de risco.

Ao Poder Público cabe a tomada das ações de interesse efetivo da coletividade – proporcionar equidade de acesso ao bem estar e garantir o direito coletivo à cidade, de forma segura e responsável.

É preciso, também, que ele se antecipe, com modelos modernos e transparentes de gestão pública territorial, para prever danos ambientais e evitar ou controlar os cenários potenciais de risco decorrentes de eventos de tempo extremos e para reduzir a vulnerabilidade socioambiental de seus cidadãos.

Considerando-se o quadro acima, é importante que estejamos atentos para garantir ações que possam reduzir a vulnerabilidade, tais como:

- Alterar a lógica de uso e ocupação do solo, muitas vezes atrelada aos interesses do mercado imobiliário ►



de terras, definindo limites técnicos para a ocupação correta dos terrenos, por meio de legislação que considere a capacidade de suporte do ambiente urbano.

- Utilizar, no processo de planejamento, metodologias e instrumentos já desenvolvidos pelo Sistema de Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado de São Paulo e incorporá-los à legislação para garantir o respeito à capacidade de suporte do ambiente urbano, a exemplo das Cartas Geotécnicas.

- Adotar ações explícitas para melhorar as condições ambientais e o microclima no interior das cidades (evitando o surgimento de ilhas de calor urbano): altura e disposição de edifícios, espaçamentos e recuos, sistema viário, definição de usos e ocupação do solo,

densidades, proteção de áreas verdes, desenho de ruas, escolha de materiais adequados dentre outros e adotar maior rigor no licenciamento para se evitar a retroalimentação de impactos negativos tais como adensamento, congestionamento e poluição ambiental.

- Aumentar capacidade de resiliência das comunidades expostas a ameaças, a fim de manter um nível aceitável de funcionamento e estruturação mediante o aprendizado de experiências anteriores com desastres.

- Apresentar à sociedade um Plano de Gestão de Áreas de Risco de Enchentes e Escorregamentos, e mostrar periodicamente seus resultados, com metas quantitativas anuais de eliminação/redução de riscos, com critérios e indicadores mensuráveis, de forma a

demonstrar, na prática, a efetividade de ações de Gestão de Risco. O objetivo é o de modificar as situações e condições de risco relacionadas com a forma pouco cuidadosa (do ponto de vista técnico) e excludente de uso e ocupação do território, cuja fiscalização e controle é de competência constitucional do Poder Público, em especial dos terrenos naturalmente mais suscetíveis aos processos da dinâmica superficial (por exemplo, a ocupação em terrenos marginais de cursos d'água – várzeas), cujos fenômenos atingem um número elevado de municípios em nosso país, com diferentes níveis de severidade e potencial destrutivo e com a preocupação com o reassentamento seguro da população mais frágil. ■

Novo site da APM!

Desenvolvido para melhorar o seu acesso aos nossos serviços e com o visual mais leve, o novo site da APM possui novas tecnologias, informações municipais completas e ferramentas de interação com o internauta.

Acesse: www.apaulista.org.br





Os brasileiros de outros estados em São Paulo

Ao final de abril o IBGE completou mais uma importante etapa do processo de divulgação dos resultados do Censo Demográfico 2010. Nessa oportunidade foram disponibilizados resultados completos, por município, das características das pessoas com deficiência, dados sobre trabalho e rendimento, entre outros, dos domicílios investigados no questionário da amostra. Nas informações disponibilizadas, destacam-se ainda aspectos referentes ao quadro de migração interna.

A publicação destaca que no caso da região Sudeste e de modo específico no estado de São Paulo houve uma queda na mobilidade interna (menor volume de imigrantes e emigrantes). São Paulo ainda permanece com um pólo importante de absorção de pessoas de outros estados, no entanto em um ritmo menos intenso do que se verificou em décadas anteriores.

Outro aspecto importante destacado nessa divulgação diz respeito ao retorno das pessoas naturais do estado. Ocorreu um significativo aumento

de pessoas que migraram para outros estados e que decidiram retornar para São Paulo. De 2005 a 2010 mais de 206 mil paulistas retornaram ao estado vindos de outras regiões do Brasil, volume muito maior que o período de 1995 até 2000, onde cerca de 118 mil haviam retornado.

Em valores absolutos, maior parcela das pessoas naturais de outros estados deslocou-se para as microrregiões mais populosas. Também se percebe que os maiores municípios acabaram como destino desse contingente populacional. Foram observados nos dados do CENSO 2010, que somente na cidade de São Paulo existiam 435.241 pessoas oriundas de outros estados que chegaram no período entre 2005 e 2010 à capital, ou seja, maior que a população total de Florianópolis.

No mapa podemos verificar as principais microrregiões que receberam mais migrantes, com destaque para os já consolidados pólos de desenvolvimento de Ribeirão Preto, Sorocaba, São José dos Campos; as três regiões metropolitanas do estado, Baixada Santista, Campinas e São Paulo; e o recente crescimento de

Caraguatatuba, principalmente em função das atividades de petróleo e gás.

As informações completas estão disponíveis no site do IBGE - www.ibge.gov.br.

Microrregiões que mais receberam pessoas de outros Estados



Migração no período 2005 / 2010 (número de pessoas)

Cor	De	Até
Verde	0	20.000
Amarelo	20.001	50.001
Laranja	50.001	200.000
Vermelho	200.001	2.000.000

A LICITAÇÃO E AS AMOSTRAS

Por Sérgio Ciqueira Rossi*

Os agentes da Administração, sejam os responsáveis pela elaboração, sejam os responsáveis pelo controle, não desconhecem as imensas dificuldades para se levar a bom termo os procedimentos licitatórios, especialmente no que toca à fase de habilitação, que, sem dúvida, constitui o maior alvo de impugnações, em razão dos excessos cometidos na elaboração dos editais, cujas exigências vão além das regras da lei – lembrando que os artigos da *Lei nº 8.666*, de 1993 que tratam da habilitação trazem locuções como limitar-se-á ou consistirá, ou seja, regras limitativas.

Na tentativa de se reduzir os inúmeros entraves impostos já na etapa inicial da disputa – e que, de regra, culminavam com o prematuro afastamento de participantes, que sequer chegam a ter suas propostas avaliadas, causando incontáveis prejuízos ao interesse público – a União providenciou o Projeto de *Lei nº 7.709/07*, que, entre outras mudanças, prevê a inversão das fases clássicas do rito estabelecido na *Lei nº 8.666/93*, como o Estado de São Paulo já logrou fazê-lo com a edição da *Lei nº 13.121*, de 07 de julho de 2008.

E mesmo com essas alterações legislativas, incluindo a *Lei nº 10.520/02*, os problemas não foram solvidos como se esperava. Prova disso é que o Pleno do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo apreciou, em 2011, 1367 im-

pugnações a editais, e, em sua maioria, questionando os preceitos formulados para aferir a aptidão das licitantes.

A medida que se impõe, portanto, é de se conferir, aos ditames legais que cuidem de exigências habilitatórias, interpretação que, a um só tempo, preserve a ampla concorrência e ofereça ao Poder Público condições para que a futura contratação seja exequível em sua plenitude, o que abrange não só os aspectos econômicos, mas, principalmente, a garantia de que o vencedor cumprirá ao que se comprometeu.

O que quer isso dizer? Quer dizer que a Administração deve abster-se de, sob o pretexto de preservar a higidez da licitação, fazer exigências que, além de duvidoso amparo legal, mostram-se, ao final, de nenhuma eficácia sobre o certame e eventual contratação.

Não estou a formular críticas, até porque integro o órgão de controle externo e, sem embargo de algumas poucas dissensões pessoais, considero que o Tribunal de Contas do Estado tem agido com muito acerto na análise das impugnações feitas a editais, buscando sempre resguardar a competitividade, que, na verdade, é o objetivo primário da licitação.

Na ressalva que fiz sobre algumas divergências particu-

lares, e que me proponho a compartilhar neste texto apenas para fins de discussão acadêmica, insere-se, atualmente, a exigência de apresentação de amostras – que todos temos aceitado – questão que caminha à margem das polêmicas que permeiam a fase de habilitação, porquanto está diretamente relacionada ao objeto do certame em si e, conseqüentemente, às propostas, sendo pacífico que não podem prestar-se à inabilitação de licitantes. Essas algumas divergências ficariam restritas ao momento da apresentação de mencionadas amostras.

Feitas essas considerações, passo ao cerne da matéria posta em debate.

Até o advento da *Lei nº 12.462/11* e do Decreto *7.581/11*, que tratam do Regime Diferenciado de Contratações Públicas – RDC, não havia, no ordenamento jurídico brasileiro, qualquer ►



previsão de apresentação de amostras em procedimentos licitatórios.

Contudo, devido à dificuldade que a Administração encontrava para definir o objeto pretendido, seja por falta ou excesso de detalhamento – no primeiro caso, resultando na eventual aquisição de produtos de péssima qualidade, e no segundo, dando asa a direcionamento para determinada marca –, pensou-se na requisição de amostras, como maneira de contornar este óbice, invocando-se, para tanto, o disposto no art. 43, IV e V, da Lei 8.666/93 e no art. 4º, VII e X, da Lei nº 10.520/02, o que vem sendo aceito pela doutrina e jurisprudência, inclusive no âmbito do Judiciário, cujas decisões, segundo pude observar em breve pesquisa, não criticam a exigência de amostras de per si, cingindo-se, tão somente, a apreciar, in concreto, a (i)legalidade do ato que (des)classificou a proponente, com base na (des)conformidade do produto oferecido com o pleiteado no edital.

Pessoalmente, entendo que os dispositivos supracitados não se referem a amostras, até porque fazem menção expressa à conformidade com as propostas – e não dos produtos, insumos ou objetos oferecidos – com os requisitos previstos no instrumento convocatório, e o inciso X do art. 4º da Lei nº 10.520/02, especificamente, prevê que, “para julgamento e classificação das propostas”, serão observados as “especificações técnicas e parâmetros mínimos de desempenho e qualidade definidos no edital”, denotando que a comparação deve ser feita entre a descrição dos itens constantes de peça de abertura do certame e aquela estampada na oferta apresentada por escrito, pelas licitantes, ou seja, a plena identificação do que se pretende adquirir, che-

gando-se, em alguns casos, a admitir-se a indicação de marcas como referência, desde que, acompanhadas da expressão “ou similar”.

Aliás, segundo determinam os arts. 14 e 40, I, ambos da Lei nº 8.666/93 e o art. 3º, II, da Lei nº 10.520/02, o objeto deverá ser adequadamente caracterizado, e sua definição, clara e precisa, normas que, se adequadamente observadas, tornam dispensável a análise de amostras, exceto em raríssimas situações, devidamente justificadas, a exemplo do que dispõe a Lei nº 12.462/11, em seu art. 7º, II:

“Art. 7º No caso de licitação para aquisição de bens, a administração pública poderá:

[...]

II - exigir amostra do bem no procedimento de pré-qualificação, na fase de julgamento das propostas ou de lances, desde que justificada a necessidade da sua apresentação;” (grifei)

Preocupam-me, nessa indiscriminada requisição de amostras que vem ocorrendo, principalmente três fatores. O primeiro deles diz respeito à ineficácia desta exigência, já que a Administração não a utiliza como deveria, ou seja, como efetivo instrumento de comparação, para avaliação da conformidade dos objetos que serão entregues durante a execução contratual.

Em diversos casos, o instrumento convocatório sequer contém normas editalícias que vinculem a apresentação de amostras à fase de execução contratual propriamente dita, deixando de anunciar que os itens fornecidos para amostragem serão armazenados pelo Poder Público, para posterior confrontação com aqueles recebidos no curso da vigência contratual.

Assim, o que acaba ocorrendo, mui-

tas vezes, é a entrega de produtos de altíssima qualidade, a título de amostra, e o fornecimento de itens inferiores durante a execução do ajuste.

Outra questão que me aflige é que, não raramente, a metodologia empregada no edital prevê condições extremamente restritivas e onerosas aos licitantes, determinando, por exemplo, a entrega de objetos personalizados por todos, o que acaba provocando desinteresse na participação da disputa.

Em terceiro, e último, lugar, observo que, também de regra, o procedimento relativo às amostras dá chance à escolha de produtos determinados, mediante a adoção de critérios subjetivos de julgamento.

Enfim, as ponderações aqui lançadas têm como escopo induzir à reflexão de assunto que se está pacificando, apesar da ausência de previsão legal e de prova inequívoca das vantagens e eficácia dessa imposição, que, em diversas ocasiões, apresenta-se como elemento potencialmente restritivo e, ao mesmo tempo, ineficaz para a escolha da melhor proposta e, evidentemente, da futura execução contratual.

Por fim, é meu dever assinalar que essa avaliação tem por objetivo provocar o aprofundamento de debate que me parece oportuno ao interesse público e que, por ora, não vincula minhas intervenções em processos que me caibam officiar. ■

*Sérgio Ciqueira Rossi é
secretário-diretor geral do Tribunal de
Contas do Estado

Colaboração: Raquel Ortigosa Bueno
Assessoria de SDG

Atender bem para ganhar mais

**Paulo Arthur Góes*

Errar é humano. Quantas vezes já ouvimos essa frase. Quantas vezes já a comprovamos por nós mesmos. A regra vale qualquer que seja a atividade que nosso conhecimento e empreendedorismo possam conceber. Não há know how, planejamento, tecnologia ou outro tipo de recurso, por mais avançado que seja, capaz de garantir cem por cento de acerto em todos os casos. Posto isto, sem deixar de lado nossa infinita e incansável busca pela perfeição, ganha relevo o fato de como lidamos com os nossos erros. Se, por exemplo, estamos dispostos a tomar conhecimento deles ou fazer de conta que não existem; a repará-los ou ignorar suas conseqüências; a aprender com eles ou insistir em não mudar. Crescimento ou estagnação, sucesso ou fracasso, dependem em grande medida de como escolhemos reagir diante de nossa inarredável falibilidade.

Fechar-se, retrain-se, esquivar-se é persistir no erro. Para corrigir, melhorar, avançar é necessário nos abirmos a outras “verdades”. despojando-nos de nossas certezas; é fundamental estabelecermos um canal com o mundo externo que nos permita ter maior clareza quanto aos nossos equívocos, possibilitando-nos repará-los e,



mais importante, evitá-los.

Ora, as empresas – umas mais, outras menos – também falham, uma vez que organizadas e conduzidas por nós seres humanos. E em uma sociedade caracterizada pela massificação da produção, da oferta abundante e do consumo de bens, essas falhas, em alguns casos inevitáveis, causam problemas em massa. Assim, mais uma vez o que importa é como lidamos com nossos erros, neste caso, como as empresas fazem isso. Primeiro, para evoluir é fun-

damental que queiram conhecer esses erros para conseguir solucioná-los e aprender com eles, o que nessa seara só é possível se o principal foco for o consumidor, se souberem como se relacionar com ele, abrir espaço para ouvi-lo, atendê-lo e superar as expectativas. Enfim, se estiverem empenhadas em gerar a esse seu cliente a melhor experiência.

Conclui-se, portanto, que investir no relacionamento com o consumidor é, do ponto de vista empresarial, questão ►

de sobrevivência. Nessa linha, o serviço de atendimento ao consumidor, mais conhecido como SAC, deve assumir, ao lado da Ouvidoria, papel de destaque na empresa. Bem estruturado e gerido é uma ferramenta poderosa, por exemplo, na estratégia de fidelização dos clientes.

Da mesma forma, sintonizado à Ouvidoria, o SAC, a partir das demandas individuais que recebe, retroalimenta as instâncias de maior alçada, possibilitando o célere diagnóstico e solução dos problemas na sua raiz e a correção tempestiva dos rumos da organização, além de prevenir futuros conflitos.

Como consequência, a par da satisfação dos consumidores e do óbvio retorno que isso proporciona ao negócio, reduz-se o potencial de atrito com o Poder Público.

Já sob uma ótica social e, portanto, mais abrangente, ganham todos: a empresa, que valoriza e consolida sua marca; o Estado, que ao deixar de receber essas demandas volta-se com mais energia àquelas nas quais sua intervenção é indispensável; e principalmente o consumidor, que ao ter seu pleito atendido sente-se protegido e respeitado.

Aliás, vale ressaltar que nestas últimas duas décadas nosso país colheu avanços significativos em matéria de defesa do consumidor, sobretudo com a Constituição de 1988 e a edição do nosso Código de Proteção e Defesa do Consumidor, em vigor há 21 anos.

O CDC estabeleceu um novo paradigma nas relações de consumo, que passaram a ser pautadas por mais ética e transparência entre seus partícipes. O

conflito começa, então, a ceder espaço para o diálogo e as normas gerais sobre o SAC fixadas por um decreto federal em 2008, são um bom exemplo disso. Não obstante ter sido necessária a intervenção do Estado na esfera privada para assegurar padrões mínimos de qualidade desses serviços, a construção de tais regras somente foi possível ante a predisposição dos setores econômicos envolvidos e do governo em sentar, dialogar e chegar a um consenso.

Mas é preciso avançar mais. Se demos grande passo ao estabelecer um standard de qualidade aos SACs, é preciso agora garantir que tais regras sejam efetivamente cumpridas em sua totalidade. Nota-se que esses serviços ficaram mais acessíveis aos consumidores, ao menos nas hipóteses dos serviços regulados: ligações gratuitas, fun-

cionamento todos os dias da semana, menus mais claros e informação mais acessível são alguns ganhos.

Todavia, em termos de qualidade e efetividade ainda precisa melhorar: a demora no atendimento, atendentes pouco qualificados, repetição de demandas, baixos índices de solução, são problemas verificados no dia-a-dia dos Procons.

A resolução dessas questões passa por aquilo que já foi dito, ou seja, em saber como lidar com os erros e ter o foco no consumidor. Nesse processo, não há dúvida, o SAC será um diferencial cada vez mais importante. ■

*Paulo Arthur Góes, advogado, é diretor executivo da Fundação Procon-SP, órgão vinculado à Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania.





Sorocaba vence Prêmio Sebrae Prefeito Empreendedor

Por Divulgação

Ensino de empreendedorismo nas escolas, incentivo à formalização, entre outras ações consistentes em prol do empreendedorismo são iniciativas da gestão de Vitor Lippi.

No dia 29 de março, o Sebrae-SP consagrou Vitor Lippi, prefeito de Sorocaba, como grande vencedor da 7ª edição do Prêmio Sebrae Prefeito Empreendedor, etapa estadual.

A cidade com mais de 580 mil habitantes se destacou por desenvolver uma série de ações de estímulo ao empre-

endedorismo, das quais se destacam a introdução do tema empreendedorismo no ciclo básico das escolas municipais e o estímulo à formalização - apenas em 2011, foram formalizadas 3.803 novas empresas, incluindo Empreendedores Individuais, micro e pequenas empresas.

Uma importante ação de formalização foi a nova etapa do programa Empre@ Fácil, um sistema on-line que permite não só a abertura de novas empresas, mas também alterações ca-

dastrais naquelas que já se encontram em funcionamento. Esse projeto diminuiu de 150 dias para dois dias o tempo médio necessário à abertura de uma empresa em Sorocaba.

Bruno Caetano, diretor-superintendente do Sebrae-SP, afirmou que esse prêmio é um encontro. "Um encontro de capacidades empreendedoras. Um reconhecimento do papel do protagonismo empreendedor representado por esses homens e mulheres públicos que vemos aqui ►

PREFEITO EMPREENDEDOR

conosco. A expressão de uma crença de que é de iniciativas de gente empreendedora, na esfera pública e no setor privado, que o nosso País mais precisa. Parabéns aos prefeitos, parabéns às micro e pequenas empresas”.

Aproximadamente 4 mil pessoas acompanharam a cerimônia de entrega do prêmio realizada no Transamérica Expocenter. O Sebrae-SP homenageou também os 91 gestores que apresentaram projetos consistentes, que contemplam uma política desenvolvimentista integradora, abrangente e inovadora, com o Selo Prefeito Empreendedor.

“Nós do Sebrae nos orgulhamos de participar deste movimento que está revolucionando a forma de fazer política no Brasil. Mas queremos mais. Queremos que esta forma de tratar os diferentes de forma diferenciada chegue à totalidade dos empreendimentos paulistas”, ressalta Alencar Burti, presidente do Conselho Deliberativo do Sebrae-SP.

Segundo lugar

O prefeito de São Sebastião da Gramma, que venceu a premiação na edição anterior, foi contemplado este ano com o 2º lugar. Com 70% de sua economia baseada nas micro e empresas de pequeno porte, a cidade é conhecida como a terra do café de qualidade, agora quer ser reconhecida como a cidade das micro e pequenas empresas.

A gestão comandada pelo prefeito



Emilio Bizon Neto tem se destacado por exercer uma administração voltada para a melhoria da qualidade da população por meio do empreendedorismo e se baseia num Mapa Estratégico, com cerca de 70 ações para incentivar os empreendedores.

A educação empreendedora é uma das bandeiras do município. A cidade conta ainda com seis incubadoras: são 32 empresas que recebem orientação e capacitação nesta rede de apoio. No quesito desburocratização, a prefeitura implantou o Empresário a Jato, que facilita a abertura de empresas. No caso de microempresas e empreendedores individuais bastam 30 minutos para se formalizar.

Terceiro lugar

Terceira colocada na premiação geral, Mogi das Cruzes também é uma cidade que se destaca no apoio aos pequenos empreendimentos locais. O prefeito Marco Aurélio Bertaiolli implementou um conjunto de políticas públicas de apoio aos pequenos negócios que já é hoje o principal gerador de emprego do município. Entre os benefícios assegurados

destacam-se a redução da carga tributária, a desburocratização dos trâmites junto ao poder público e o estímulo à educação e à capacitação empreendedora.

Destques

Além dos três primeiros colocados, também foram premiados prefeitos com ações de destaque nos temas Compras Públicas dos Pequenos Negócios Locais; Formalização de Pequenos Negócios e Apoio ao Empreendedor Individual; Lei Geral Municipal; Médios e Grandes Municípios; Crédito e Capitalização; Planejamento e Gestão Pública para o Desenvolvimento Sustentável; e Promoção do Desenvolvimento Rural. Conheça os municípios contemplados:

Compras Públicas dos Pequenos Negócios Locais: **Cubatão**, prefeita Marcia Rosa de Mendonça Silva. Sofrendo os efeitos da crise financeira internacional, em 2009, por conta da queda das exportações, a prefeitura elaborou uma série de ações de apoio ao empreendedorismo, como o Cartão Servidor Cidadão, que substituiu o abono pago ao funcionalismo público. Com isso, os mais de seis mil servidores municipais passaram a receber um crédito mensal de R\$ 500 para uso exclusivo no comércio local. Além de não compro-



meter a folha de pagamento da prefeitura, a economia local recebeu a injeção anual de mais de R\$ 33 milhões.

- **Formalização de Pequenos Negócios e Apoio ao Empreendedor Individual: São Paulo**, prefeito Gilberto Kassab. Em sua gestão, Kassab decidiu trabalhar na desburocratização para facilitar a formalização; na capacitação técnica para tornar os pequenos negócios mais competitivos e na concessão de microcrédito para garantir a continuidade dos negócios. São Paulo tem hoje 180 mil empreendedores individuais.

- **Lei Geral Municipal: Andradina**, prefeito Jamil Akio Ono. Ao assumir a prefeitura, em 2009, uma das principais determinações de Ono foi o apoio efetivo aos pequenos negócios locais. O primeiro passo foi ajustar a legislação vigente, da década de 70, incorporando o tratamento diferenciado às micro e pequenas empresas. A regulamentação da Lei Geral das pequenas empresas deu espaço para implementação do Programa de Desenvolvimento Econômico e Sustentável de Andradina (Prodesan), com a meta de acelerar o progresso do município por meio de incentivos fiscais e medidas de apoio, facilitando a instalação e ampliação de empresas dos segmentos industrial, comercial e de prestação de serviços.

- **Médios e Grandes Municípios: Presidente Prudente**, prefeito Milton Carlos de Mello. Inovação e empreendedorismo deixaram de ser conceitos subjetivos e passaram a integrar a paisagem de Presidente Prudente. A cidade implantou três núcleos industriais, que geraram quase dois mil empregos em 82 microempresas, que recebem incentivos fiscais e outros benefícios,

incluindo capacitação para gerir o negócio. A partir da regulamentação da Lei Geral, o tratamento diferenciado às pequenas empresas se consolidou, com a instalação do alvará instantâneo, que aumentou a taxa de abertura de empresas para 18%, em 2011; o incremento do banco do povo paulista; o estímulo à formalização, com isenção da taxa de alvará e do recolhimento do iss; e a informatização dos processos de licitações públicas, abrindo este novo mercado para os pequenos negócios.

- **Crédito e Capitalização: Andradina**, prefeito Jamil Akio Ono. A concessão de microcrédito para os empreendedores locais se destaca na gestão de Ono. O município investiu em infraestrutura, compra de equipamentos e contratação de agentes de crédito para o Banco do Povo. Com as campanhas e mutirões de divulgação nos bairros, a oferta de crédito por parte do governo estadual dobrou em 2011, passando de quinhentos mil reais para um milhão por ano.

- **Planejamento e Gestão Pública para o Desenvolvimento Sustentável: São José dos Campos**, prefeito Eduar-

do Pedrosa Cury. A cidade é reconhecida por dois motivos: é um dos polos mais importantes do Brasil no desenvolvimento de alta tecnologia e tem a vocação altamente empreendedora, com milhares de micro e pequenas empresas, responsáveis por 2/3 dos empregos. Entre os destaques do investimento em empreendedorismo, estão o acesso das micro e pequenas empresas às contratações públicas de bens e serviços e a instalação da sala do empreendedor, que reúne num único local todas as entidades necessárias para a abertura de empresa, além de representações do banco do empreendedor joseense e do banco do povo paulista.

- **Promoção do Desenvolvimento Rural: Conchas**, prefeita Adriana Dearth Del Bem. Com o foco no desenvolvimento rural sustentável, em parceria com Governo do Estado, Banco do Brasil e Sebrae-SP, a prefeitura realizou capacitação e orientação especializada, instalou a patrulha agrícola, e levou inovação ao campo. Destaca-se também a instalação da Sala do Empreendedor Rural, para facilitar o acesso ao crédito rural e o desenvolvimento da agropecuária. ■



MUNICÍPIOS ANIVERSARIANTES



Brotas - 03 de maio



Cesário Lange - 03 de maio



Boracéia - 07 de maio



Urupês - 17 de maio



Alambari - 19 de maio



Bertioga - 19 de maio



Jumirim - 21 de maio



Santa Rita do Passa Quatro -
22 de maio



Santa Rita D'Oeste - 22 de maio



Bocaina - 23 de maio

MUNICÍPIOS ANIVERSARIANTES



Cordeirópolis - 13 de junho



Martinópolis - 13 de junho



Quatá - 13 de junho



Jacupiranga - 23 de junho



Atibaia - 24 de junho



Rio Claro - 24 de junho



Regente Feijó - 28 de junho



Morongaba - 29 de junho



“Nuvem de Livros” oferece rico acervo literário e multimídia online

Por Daniela Bertoldo

Mais de 4.800 obras, entre livros e materiais multimídia disponibilizados em uma plataforma online, que pode ser acessada por qualquer dispositivo: computador, tablet ou smartphone. Esta é a biblioteca virtual “Nuvem de Livros”, lançada pela Editora Gol.

O produto foi apresentado du-

rante o 56º Congresso Estadual de Municípios, em São Vicente, e atraiu a atenção dos congressistas, por seu formato dinâmico, moderno e interativo.

O “Nuvem de Livros” chega acompanhando as inovações tecnológicas, num cenário bastante positivo: o Brasil ocupa a terceira posição no mercado

de computadores no mundo, a quinta planta de telefonia celular e registrou um aumento significativo no acesso à Internet nas escolas.

Dentre os objetivos do “Nuvem de Livros” estão: despertar o interesse pelo aprendizado, com conteúdos de textos e multimídias, auxiliar as escolas ►

públicas e privadas a disponibilizarem aos seus alunos o acesso a um grande acervo de qualidade e ser um grande aliado àqueles que desejam solidificar seus conhecimentos e esclarecer dúvidas.

Em razão de sua tecnologia sofisticada e simples navegação, o serviço também está sendo utilizado por empresas, que ampliam as ofertas de produtos digitais e proporcionam aos usuários um vasto conhecimento.

Somente a partir de um acordo exclusivo formado com a Vivo, há uma expectativa de 80 milhões de potenciais usuários. Os clientes da operadora de telefonia poderão acessar a prateleira virtual de seus celulares, tablets e computadores. “A Vivo busca oferecer ferramentas que sejam relevantes, que façam sentido na vida, no dia a dia de seus clientes”, afirma o diretor de inovação e desenvolvimento de produtos e serviços da Vivo, Alexandre Fernandes.

Quem também apostou na ideia foi o Estadão, que oferecerá o serviço aos assinantes do jornal, visando ampliar o leque de produtos. “O serviço simplifica a necessidade de quem uma entidade monte uma biblioteca e o conteúdo é muito vasto”, reforça o diretor de marketing da publicação, João Carlos Rosa.

A diretora de gestão de produtos da Itautec, Gisela Turchetti, acredita que o “Nuvem de Livros” agregará muito valor no serviço da empresa. Segundo ela, todas as máquinas da Itautec que entrarem no mercado

terão, na instalação de fábrica, disponibilidade de acesso à Nuvem. “O acesso é feito de uma maneira muito ordenada a uma quantidade de livros impressionante. O serviço contribuirá para que muita gente neste país tenha contato com conteúdos que, muito provavelmente, nunca teria”.

Empresas que aderirem ao projeto terão uma senha para visualização do conteúdo online. Futuramente, a Editora Gol almeja formalizar parcerias com escolas, universidades e outras instituições. “Nossa intenção é democratizar o acesso ao conhecimento”, explica o diretor de Tecnologia da Informação da Editora Gol e especialista em soluções governamentais para cidades, Marco Vitale.

A novidade é a criação de bibliotecas temáticas, como Direito, Arquitetura, Medicina, além dos temas gerais. Importante salientar que as obras não po-

dem ser compradas ou baixadas pelos visitantes. “Elas permanecem online, são emprestadas, lidas e devolvidas”, ressalta Marco Vitale.

Conforme destacou o diretor da empresa, este projeto dá espaço às editoras, que agora podem disponibilizar seus conteúdos virtualmente. “Quantas obras estão escondidas, pois não há onde vender?”, indagou.

Para o desenvolvimento do software, o Grupo Gol fez três anos e meio de investimento em pesquisa digital. O custo do serviço será de R\$ 0,99 por semana, com direito ao acesso a todo o material do acervo. Mais informações podem ser obtidas pelo email: vitale@golgrupo.com.br. ■





FUNDO SOCIAL DE SOLIDARIEDADE DE *Bertioga*



Por: Divulgação

Desde 1993, o trabalho de todos os funcionários e voluntários do Fundo Social de Solidariedade (FSS) vem beneficiando famílias socialmente vulneráveis em Bertioga. São muitas ações que, além de atender a necessidade dos mais carentes, também buscam a inclusão dessas

pessoas nas oficinas de geração de renda mantidas pelo Fundo.

Presidido pela primeira dama, Maria Cecília Orlandini, o Fundo Social tem como principal meta a mobilização da comunidade, por meio de campanhas, parcerias e eventos, visando a melhoria da qualidade de vida

da população carente.

Além da doação de roupas, enxovais, cestas básicas, entre outros, o FSS também desenvolve oficinas e cursos, que são grandes exemplos de envolvimento da população.

De acordo com a presidente, Maria Cecília Orlandini, os cursos ►

visam preparar as pessoas para o mercado de trabalho, que está cada vez mais exigente e, principalmente promover a geração de renda. “Além de estarem preparadas para trabalhar, sabendo um ofício, elas vão poder ajudar a aumentar a renda familiar”.

Desde 2009 já foram oferecidos em parceria com a Secretaria de Ação Social e Trabalho, cursos de artesanato; bordado, corte e costura, corte e costura industrial, crochê e tricô, patchwork (nível 1 e 2); pintura em tecido, tear, montagem, manutenção e reparo de bicicletas, pedreiro assentador e pedreiro revestidor, revestimento de parede com gesso, decoração em gesso (básica e avançada), fundição e moldura em gesso e pintor de obras.

Outro diferencial é no atendimento social às pessoas. As gestantes, que passam por um acompanhamento da Secretaria de Saúde, são encaminhadas ao Fundo Social onde recebem enxovais especialmente preparados para elas. Cerca de 60 enxovais são doados todos os anos.

Famílias socialmente vulneráveis também recebem doação de cestas básicas. São cerca de 150 cestas distribuídas mensalmente, tanto para as famílias cadastradas como também aquelas encaminhadas pelo Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) e também pelo Conselho Tutelar.

Outro exemplo de envolvimento é a participação do FSS em festas tradicionais como os festejos juninos, natalinos, páscoa e a tradicional festa em comemoração ao Dia das Crianças. Realizada com a colaboração de empresários e comerciantes locais,



a festa conta com ampla programação, que inclui brincadeiras, shows com palhaços e distribuição de doces, pipocas e kits de brinquedos, atendendo, em média, duas mil crianças.

O Núcleo de Apoio à Criança Especial (Nace) também recebe os voluntários e funcionários do Fundo Social que levam muita diversão para as crianças, que em geral são alunos da escola ou pacientes em reabilitação em fonoaudiologia, fisioterapia, terapia ocupacional, psicologia, psicopedagogia e serviço social.

Mas não são apenas os pequeninos que interagem com as ações desenvolvidas. O Fundo Social de Solidariedade

encabeça diversos eventos em parceria com todas as secretarias da Prefeitura.

O Encontro da Melhor Idade, evento realizado, anualmente, em comemoração ao Dia do Idoso é mais um exemplo. São atividades voltadas aos idosos que acontecem durante todo o dia e que envolvem desde caminhada na praia até aulas de alongamento, atividades esportivas, massagem, sessões de acupuntura e apresentações musicais.

Em 2011, cerca de 300 integrantes do Centro de Convivência do Idoso Zeferino Orlandini e do Grupo Vivência também comemoraram a Semana do Idoso na sede do Fundo Social de Solidariedade. A programação da noite ►

incluiu apresentação do Coral, coreografias, além do baile. A novidade da festa foi o Concurso de Miss e Mister Bertiooga na Melhor Idade, pela primeira vez realizado no Município.

A Praça de Exercícios do Idoso, uma iniciativa desenvolvida pelo Fundo de Solidariedade e Desenvolvimento Social e Cultural do Estado de São Paulo também é mais uma ação que teve o envolvimento do FSS. A praça permite a realização de exercícios físicos sem acompanhamento de especialista, com objetivo de proporcionar a melhoria do equilíbrio e da marcha, fortalecimento de musculatura proximal de membros inferiores, melhoria da amplitude articular e o aumento de flexibilidade muscular.

Além dessas ações, o Fundo Social de Solidariedade participa ativamente da Campanha Metropolitana do Agasalho, arrecadando em 2011 mais de 20 mil peças de roupas; realiza constantemente bazares e bingos beneficentes e está presente nas tradicionais festas da Cidade, vendendo alimentos e outros produtos, sendo que a arrecadação é sempre destinada aos programas sociais. A primeira-dama destaca que o objetivo do fundo não é fazer doações, mas sim desenvolver projetos junto à comunidade, para torná-la auto-sustentável, por isso, todas as famílias que procuram o Fundo Social passam por um cadastramento.

“Temos que dar atenção, ouvir e tentar ajudar todas as pessoas que nos procuram, tratando todos com igualdade e dignidade. Nosso objetivo é ampliar as parcerias com a iniciativa privada, órgãos do governo e com a sociedade civil, melhorando assim a qualidade de vida dos segmentos mais carentes da população de Bertiooga”, finaliza a primeira dama. ■





Jornal Nacional da Globo coloca Itu como exemplo na questão do tratamento de lixo

O que é um problema em várias cidades do mundo, em Itu ganhou tratamento diferenciado e tornou-se exemplo destacado até no exterior

Por Divulgação

Graças a uma ação inovadora do prefeito Herculano Passos e sua equipe, a cidade de Itu foi destaque no Jornal Nacional, da Rede Globo, em uma matéria do quadro “JN no ar”. A reportagem, que foi exibida no dia 13 de abril deste ano, mostrou o modelo de coleta e destinação dos resíduos de Itu como exemplo a ser seguido por outros municípios. A

equipe da Rede Globo acompanhou a coleta de material reciclado e de material orgânico, visitou o aterro sanitário e entrevistou alguns cidadãos ituanos sobre o serviço prestado na cidade.

Na série que mostrou como o brasileiro está tratando o lixo, a PPP- Parceria Pública Privada de Itu foi retratada como exemplo de direcionamento cor-

reto ao lixo que é produzido na cidade.

Engajado na causa da sustentabilidade, o prefeito de Itu, Herculano Passos, implantou recentemente um plano inovador e moderno na gestão e manejo de resíduos sólidos e limpeza pública. A meta é conquistar o reaproveitamento dos resíduos e, por consequência, aumentar a vida útil do aterro ►

AÇÕES EM DESTAQUE

sanitário. Tal inovação prevê a construção de uma Central de Tratamento de Resíduos, equipada com a mais alta tecnologia. A Central contará com um novo aterro sanitário, com previsão de vida útil superior a 50 anos.

Todo o processo de implantação, de acordo com Herculano, foi coordenado pelo então secretário municipal de Administração, o engenheiro Antônio Tuíze, que deixou o cargo no final de março para disputar as eleições deste ano.

Atualmente, Itu produz cerca de 3,6 mil toneladas/mês de resíduos sólidos domiciliares e comerciais. Com a construção da Central de Tratamento de Resíduos, a meta é converter até 75% dos resíduos em energia elétrica ou em gases. A idéia é fazer com que os resíduos retornem à cadeia produtiva, transformando-os em energia elétrica, gerando receitas e crédito de carbono.

O sistema de reaproveitamento e tratamento dos resíduos irá utilizar tecnologia europeia de compostagem anaeróbica, com o aproveitamento do gás metano, do composto orgânico e do líquido resultante. A Central de Tratamento de Resíduos engloba uma estação de usinagem de materiais inertes (poda de árvores; resíduos da construção civil etc) e uma unidade de tratamento de resíduos dos serviços de saúde por autoclavagem.

Inovação e investimento

O modelo foi colocado em prática por meio de uma PPP entre a Prefeitura de Itu e a empresa EPPO Itu Soluções, firmada em setembro de 2011. De acordo com o contrato, a concessão administrativa não onerou as contas da Prefeitura, uma vez que os custos mensais da Prefeitura com a gestão de resí-



duos e limpeza pública permanecem os mesmos. Ao término da parceria, todos os investimentos e equipamentos serão transferidos sem ônus ao Poder Público (Prefeitura), resultando em salto de qualidade na área de gestão/manejo de resíduos e limpeza pública. O novo modelo inclui também a meta de 100% para a coleta mecanizada e containerizada, além da renovação total da frota, ocorrida recentemente, que realiza esses serviços em Itu com um total de 33 veículos, entre mini-varredeiras mecânicas, micro-caminhões, caminhões pipa de pequeno porte e uma máquina capaz de limpar gomas de mascar grudadas no chão. Já os novos caminhões compactadores contam com motorização eletrônica a biodiesel (menos poluente) e capacidade de até 19 metros cúbicos de armazenamento de resíduos por unidade, resultando em ganho de escala.

Outra novidade é a Operação Centro Histórico, que diariamente executa toda a limpeza da região central e centro expandido da cidade. Para isto, conta com equipe de trabalho 24 horas por dia, 365 dias por ano, atendendo



até as ruas mais estreitas.

Primeiro Mundo

O projeto baseia-se no que já vem sendo praticado na gestão ambiental de países como Alemanha, França, Espanha, Inglaterra, Finlândia e Suíça. Mas, na América Latina, a PPP implantada em Itu é inovadora e está sendo considerada referência. Tanto que, em novembro do ano passado, a parceria bem sucedida chamou a atenção do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), que colocou em painel o caso de Itu, durante o Fórum Internacional "PPP-Américas", realizado na cidade de Guanajuato- México. ■

Jovens que se destacam em suas áreas de atuação são homenageados pela Câmara de Tambaú

Títulos de “Estudante Modelo”, “Atleta Modelo” e “Melhor Ator e Atriz” são outorgados anualmente durante sessão solene

Por: Thaís Giúdice

A criação de decretos legislativos que dispõem sobre a instituição dos títulos de “Estudante Modelo”, “Atleta Modelo” e “Melhor Ator e Melhor Atriz”, foi a forma encontrada pela Câmara Municipal de Tambaú, para incentivar os jovens a se dedicarem cada vez mais aos estudos, aos esportes e às artes.

Todos os anos, as escolas públicas e particulares do município adotam critérios como notas, frequência e participação para escolha de seus alunos. Já a escolha dos atletas fica a cargo da equipe do Departamento Municipal de Esportes, e a direção da Associação Cultural Quintal das Artes seleciona entre seu elenco, um ator e uma atriz de destaque.

As cerimônias realizadas para outorga dos títulos são sempre marcadas por muita emoção e reúnem autoridades, professores, alunos, pais, amigos, e diretores municipais. Em dezembro passado, mais de quarenta jovens foram agraciados.

Autor do decreto que institui o título “Estudante Modelo”, o presidente da Câmara, vereador Antonio Celso Martins (PRB) acredita que educação, esporte e cultura são os principais vetores



de transformação de uma sociedade. “Como representantes do povo, prestar tais homenagens nos enche de orgulho, um ato simbólico que reconhece o êxito alcançado por esses jovens no desempenho de suas atividades. Muito nos honra a responsabilidade de premia-los pelos brilhantes resultados”, destaca.

“Escola Amiga da Natureza”

Preocupado em melhorar a consciência ecológica da juventude tambauense, o vereador David Antonio Rosa (PSDB) apresentou projeto de lei instituindo o título “Escola Amiga da Natureza” nas escolas estaduais, municipais e particulares.►



De acordo com a proposta aprovada na Câmara, fica concedido o título à escola que desenvolver no ano letivo projetos que incentivem a preservação do meio ambiente. A mesma deverá ser oficiada pela Câmara Municipal indicando a data da entrega do resumo do trabalho desenvolvido. Terão direito ao título as instituições que apresentarem seus projetos até o dia solicitado pelo legislativo.

A honraria será entregue ao representante da escola, preferencialmente no dia da entrega do Título “Estudante Modelo” ou em evento específico.

Em sua justificativa, David explica que o projeto tem como objetivo difundir a consciência ecológica entre os estudantes. “A educação ambiental deve ser uma das prioridades das escolas e deve ir além do conteúdo ministrado em sala de aula, para motivar os alunos a atuarem em favor da natureza e também contribuir para a formação de cidadãos responsáveis com as causas do planeta”, argumenta.

“Legislativo Passado a Limpo”

A Câmara de Tambaú é muito atuante e sempre participa de seminários e importantes debates. Em março, o presidente da Câmara representou o município durante o seminário “Legislativo Passado a Limpo”, realizado em São Carlos. A atividade foi o quarto e último encontro organizado pela UVESP - União dos Vereadores do Estado de São Paulo, em parceria com o Tribunal de Contas. Dos 42 (quarenta e dois) municípios convidados, 39 (trinta e

nove) compareceram, com 18 (dezoito) presidentes de Câmara, diversos vereadores, assessores e funcionários.

Juntamente com a Secretária-Geral do Legislativo, Gláucia de Carvalho Bie-la Prado, Celsinho acompanhou palestra do Secretário-Diretor Geral do TCE, Sérgio Siqueira Rossi e do Assessor Técnico Flavio Toledo, sobre a utilização do dinheiro público para processos licitatórios, compras, propaganda, apoio a organizações não governamentais, esclarecendo questões legais e orientando sobre a aplicação do orçamento.

O vereador considerou os debates interessantes e esclarecedores e comentou da importância de se obter informações referentes às obrigações e vedações neste último ano de mandato. ▣



LEI FICHA LIMPA E AS ELEIÇÕES MUNICIPAIS



Antonio Sergio Baptista*

Ano de eleições municipais, momento em que os partidos políticos concentram suas preocupações com a escolha dos candidatos, dentre os milhares de pré-postulantes às cadeiras de Prefeito, Vice-Prefeito e Vereador, que pretendem concorrer ao pleito do dia 07 de Outubro deste ano, nos 5.564 municípios brasileiros. Escolha que envolve a observância dois requisitos fundamentais:

- 1) a potencialidade de votos de cada candidato e,
- 2) a elegibilidade.

O primeiro dos requisitos é de caráter

político e, portanto, a escolha dos candidatos é subjetiva, ato discricionário da direção partidária, enquanto que o segundo requisito é o tema central desse artigo que, nas eleições desse ano de 2012, ganha significativo destaque, por força da edição da *Lei Complementar nº 135*, popularmente conhecida como “**LEI DA FICHA LIMPA**”, que introduziu profundas alterações na Lei das Inelegibilidades (*Lei Complementar nº 64, de 1990*).

A *Lei Complementar nº 135*, apesar de ter sido introduzida em nosso ordenamento jurídico no ano de 2010,

somente agora, nestas eleições municipais de 2012 e após a declaração de sua constitucionalidade pelo Supremo Tribunal Federal, ganha eficácia plena e, certamente, sua incidência aos casos concretos ensejará calorosos debates, principalmente porque serão travados no âmbito local e, portanto, envolvidos por forte carga emocional.

Assim, cumpre enfrentar aspectos pontuais, que dizem de perto aos atores participantes do pleito municipal, em especial os candidatos que estejam em aparente situação de inexigibilidade e, portanto, impedidos de parti-▶

cipar do pleito, sendo oportuno pontuar que a diversidade de situações fáticas não permite conclusões definitivas.

No entanto, as modificações e inovações introduzidas na Lei de Inelegibilidades pela *Lei Complementar nº 135*, merecem algumas reflexões, em especial nos pontos que envolvem os agentes políticos municipais, todos hospedados nas diversas alíneas do inciso I do artigo 1º da *Lei Complementar nº 64*, de 1990, com a redação dada pela *Lei Complementar 135*, de 2010.

A primeira dúvida que se coloca, vincula-se à aplicabilidade da lei no tempo, em face do princípio constitucional da irretroatividade, consagrado no inciso XL do *artigo 5º* da Constituição Federal, isto porque, nos casos em que a condenação, de natureza penal, for anterior a vigência da lei de inelegibilidade, esta não poderia retroagir para agravar aquela condenação, situação em que se encontram todos aqueles que foram condenados pelos crimes da alínea “e”, com a redação dada pela *Lei Complementar 135/2010*.

Continuando, cabe assinalar a nova redação dada à alínea “g” dispositivo que, certamente, causará polêmica no âmbito dos milhares de processos de impugnação de registro de candidaturas, que serão distribuídos perante os juízos eleitorais. A condição de inelegível daqueles titulares das contas de que fala a alínea, tal como posta no texto, somente será aperfeiçoada pela conjugação de três requisitos: irregularidade insanável; configuração de ato doloso de improbidade administrativa e decisão irrecurável do órgão competente, sendo certo que, dentre estes, o mais

tormentoso, aquele que apresenta maior dificuldade de demonstração, através de prova inequívoca, é o ato doloso de improbidade. Portanto, se ausente qualquer dos requisitos, não há que se falar em inelegibilidade.

Aplica-se a mesma interpretação em relação à nova alínea “l”, ou seja, somente se configura o ato doloso de improbidade que conduz à inelegibilidade, quando efetivamente comprovado o binômio: lesão ao patrimônio público e enriquecimento ilícito.

Como se vê, a matéria é complexa e não se esgota em um só artigo. As questões aqui debatidas são aquelas que, sob nossa ótica e em função da especificidade do pleito, concentrarão as principais controvérsias no âmbito da justiça eleitoral.

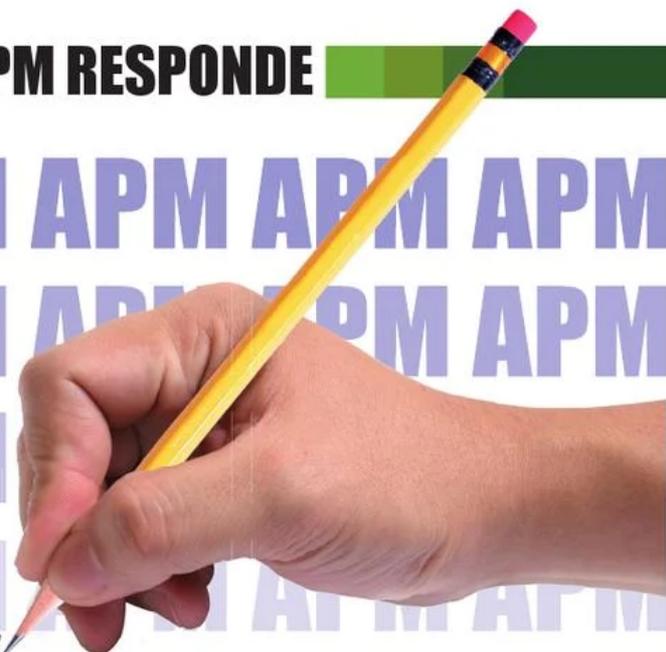
Finalizando, lembro que as inovações introduzidas na Lei de Inelegibilidades (*LC 64/90*), através da *Lei Complementar nº 135/2010*, não receberam tratamento pacífico no julgamento das ações diretas de constitucionalidade e de inconstitucionalidade, travado perante o pleno do Supremo Tribunal Federal. Os Ministros da Suprema Corte divergiram e, dos 04 votos vencidos, destaco, pela oportunidade, trecho da conclusão do voto do ilustre Ministro Dias Toffoli:

Senhores Ministros as considerações que desenvolvi pautam-se pela ideia central de que a soberania reside na Constituição, na qual se materializa a própria soberania popular. Qualquer forma de limitação aos princípios constitucionais, especialmente advinda do legislador, deve ser combatida em nome da guarda da Constituição. □



Antonio Sergio Baptista é advogado especialista em Direito Público

Responde



O artigo 5º da instrução nº 02/2008 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, determina que as audiências públicas de Prestação de Contas da área da Saúde, devem ser trimestrais. No entanto, o §5º do artigo 36 da Lei Complementar 141/2012, determina que aquelas audiências devam ser realizadas até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, portanto, quadrimestrais. O que prevalece?

Pelo princípio da hierarquia das leis prevalece a norma albergada na Lei Complementar nº 141/2012. O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, certamente, deverá alterar suas instruções.

Pode o Município contratar, neste ano eleitoral, uma consultoria externa, empresa ou pessoa física, para prestar serviços

técnicos especializados?

Tratando-se de Prestação de Serviço Técnico Especializado de Consultoria, dentre aqueles relacionados nos incisos do artigo 13 da Lei nº 8.666/93, a contratação, por prazo determinado, poderá ser formalizada por inexigibilidade de licitação, desde que preenchidos os requisitos do artigo 25, II e parágrafo 1º do referido diploma legal.

A legislação eleitoral, em especial o artigo 73 da Lei nº 9.504/97, hospeda vedações "numerus clausus" (número fechado) e, dentre elas, nenhuma impede a contratação mencionada.

Neste ano eleitoral as Prefeituras Municipais podem homenagear as mães, como sempre acontece todos os anos no mês de maio, sem infringir a Lei Eleitoral?

A publicidade institucional, desde que observado o teto da despesa

(artigo 73, inciso VII da Lei nº 9.504/97), é vedada no período de 03 meses que antecede o pleito, ou seja, a partir de 01 de julho de 2012.

Portanto, as mães podem ser homenageadas, vedada qualquer promoção pessoal.

Qual o conceito legal de publicidade institucional?

O conceito de publicidade institucional está traduzido no §1º do artigo 37 da Constituição Federal. Confira-se:

Artigo 37 – [...]

§ 1º - A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

Seminário sobre legislação eleitoral tem saldo positivo



Condições de elegibilidade e inelegibilidade – incidência da Lei da Ficha Limpa, registro de candidaturas, propaganda eleitoral, prestação de contas de campanha e condutas vedadas aos agentes públicos foram alguns dos assuntos abordados durante o Seminário Direito Eleitoral, promovido pela Associação Paulista de Municípios no dia 29 de março.

A abertura foi feita pelo presidente da APM, Marcos Monti, que destacou a importância do seminário. “Os gestores estão preocupados principalmente agora com a fiscalização da lei da ficha limpa e o seminário visa esclarecer as dúvidas e orientar os gestores sobre a

legislação”, afirmou o presidente.

O seminário foi ministrado por Antonio Sergio Baptista, advogado especialista em Direito Público, coordenador do Conselho Técnico Multidisciplinar da APM, diretor da ASB – Advogados Associados e diretor presidente do Instituto BrasilCidade e por Ricardo Vita Porto, advogado especializado em direito político e eleitoral, professor de pós-graduação do Curso de Direito Eleitoral da Escola Judiciária Eleitoral Paulista – TRE/SP, membro da Comissão de Estudos Eleitorais e Valorização do Voto da OAB/SP, membro fundador do IDPE – Instituto de Direito Político e Eleitoral e membro do Conselho Técnico da APM

– Associação Paulista de Municípios.

Os participantes saíram satisfeitos com o curso. A chefe de gabinete de Tremembé, Fátima Leite, destacou que o curso foi muito interessante porque as prefeituras estão com uma série de dúvidas. “Fomos muito bem orientados. Eles nos alertaram de situações que podem nos criar problemas”.

O assessor jurídico do município de Bofete, Graciliano Ramos, também ressaltou que o curso serviu para alertar e esclarecer algumas dúvidas. “Foi muito bom. A APM tem que promover outros, divulgar bastante. O nível sempre bom dos participantes ajuda muito a adesão dos municípios”.

Presidente da APM reúne-se com diretoria

O presidente da APM, Marcos Monti, promoveu uma reunião entre membros da diretoria no dia 11 de abril.

Dentre os temas em pauta, os diretores fizeram uma avaliação do 56º Congresso Estadual de Municípios e discutiram os preparativos para o 13º CBTIM (a data pré-agendada para este evento é 20, 21 e 22 de novembro).

Na oportunidade, também foram apreciadas as renúncias dos membros da diretoria e divulgada a XV Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios, que será realizada de 15 a 17 de maio, em Brasília.



XV Marcha a Brasília será realizada em maio

Todos os municipalistas estão convocados a participar, nos dias 15, 16 e 17 de maio, da XV Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios, no Royal Tulip Brasília Alvorada (SHTN - Trecho 1, Conjunto 1B, Bloco C), em Brasília/DF.

A realização da XV Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios representa um marco definitivo sobre o empoderamento do Município diante da Federação Brasileira. Confira abaixo a programação:



15/05 - terça-feira
 8 horas – Credenciamento
 9h30 – Plenário
 Abertura 10h30 – Plenário
 Seminário Nacional: Os Municípios como protagonistas no enfrentamento ao crack
 Palestra: Experiência no enfrentamento ao Crack.
 14h30 – Plenário
 Seminário Nacional: Os Municípios como protagonistas no enfrentamento ao crack
 Painel 1: Eixo de Segurança Pública
 Painel 2: Eixo de Prevenção e Acompanhamento
 Painel 3: Eixo de Tratamento e Reinserção Social
 Mesa Redonda: Existe uma estratégia para o enfrentamento ao crack no

Brasil?
 18 horas - Assembleia-Geral Ordinária
 19 horas - Entrega do Premio Prefeito Empreendedor
 16/05 - quarta-feira
 8h30 – Plenário
 O Poder Local na construção de uma nova realidade
 9h30 – Plenário
 Temas relevantes para o municipalismo
 14 horas – Plenário
 Apresentação da Pauta Municipalista para o Congresso Nacional
 Programação Paralela:
 VIII Fórum de Vereadores
 III Fórum de Contadores
 Fórum de Procuradores Municipais=
 Seminário de Boas Práticas para

Desenvolvimento Local
 17 horas - Deslocamento para o Congresso Nacional
 18 horas - Congresso Nacional
 Reuniões com as Bancadas Parlamentares
 17/05 - quinta-feira
 9 horas - Apresentação do Projeto Memória CNM
 Lançamento das publicações CNM
 10h30 - Sessão Solene: Encontro da Presidenta Dilma Rousseff com os Municípios
 Em simultâneo à XV Marcha a Brasília, visite a Exposição de Produtos, Serviços e Tecnologias.
 (*) Programação sujeita a alterações.

Presidenta da AVESP participa de premiação da Federação de Câmaras de Comércio e Indústria Venezuela - Brasil



esquerda para a direita: presidente da Federação, economista Dr. José Francisco Fonseca Marcondes Neto, Marilene Mariotoni (AVESP e APM), deputado estadual Itamar Borges, Gladys Abud Rodrigues (Women's Club do Brasil e Movimento Mulheres da Verdade) e ministro da Venezuela e conselheiro da Embaixada da Venezuela no Brasil, Efrén Martín Pimentel.

A presidenta da AVESP e do Conselho Deliberativo da APM, Marilene Mariotoni, participou do evento organizado pela Federação das Câmaras Venezuelas de Comércio, realizado no Instituto de Engenharia de São Paulo, no dia 3 de abril, de premiação das empresas com comércio maior entre Brasil e Venezuela, tanto exportadoras como importadoras.

Presidenta da AVESP participa de comemorações dos 29 anos do CECF

A presidenta da AVESP e do Conselho Deliberativo da APM, Marilene Mariotoni, participou do evento organizado pelo Conselho Estadual da Condição Feminina (CECF), no dia 4 de abril, para comemorar os 29 anos de sua criação.

A presidenta do CECF, Dra. Rosmary Corrêa, a delegada Rose, recepcionou as conselheiras e convidadas, entre as quais a secretária de Justiça do Estado de São Paulo, Dra. Eloisa Arruda; a prefeita em exercício da cidade de São Paulo, Dra. Alda Marco Antonio (ex-presidente do CECF); outras ex-presidentas do Conselho, como Maria Tereza Augusti e Laia e as Conselheiras do CECF.

Após o evento, as convidadas foram recebidas em almoço.

O CECF tem uma histórica luta em defesa da mulher, de sua participação política, pelo fim da violência e da discriminação, realizando grandes trabalhos nas áreas, com importantes resultados.



Presidenta da AVESP Marilene Mariotoni ladeada por conselheiras do CECF, a prefeita Alda Marco Antonio e a delegada Rose, presidenta do CECF.



(sentadas): presidenta da AVESP Marilene Mariotoni à frente com Gladys Rodrigues (Movimento Mulheres da Verdade e Women's Club do Brasil) e conselheira Meire Nogueira. Em pé: conselheiras Maria Inês e Cléo, delegada Rose Corrêa e a secretária Estadual de Justiça, Eloisa Arruda.

O amigo do meu amigo Antônio

Por Claudio Manesco

O meu amigo Antônio é uma pessoa de boa cepa, debochada e que faz um amigo a cada esquina e a cada conversa.

Sua prosa fácil e seu linguajar caboclo fazem simples as matérias mais áridas. Fala com desenvoltura de condições climáticas para o plantio de cana-de-açúcar, de balanço entre oferta e demanda de etanol, das cotações internacionais do açúcar, da expansão dos canaviais e da adequação de variedades de cana às novas áreas.

Fonte preferida de jornalistas, interlocutor anônimo de deputados e ministros é também o preferido dos seus amigos dos “veteranos de Rio das Pedras” e de tantos que entre um copo e outro celebram a vida de um jeito bem particular e habitam a vida do Antônio do limiar da sexta-feira ao final da tarde de domingo.

Um desses personagens é bastante peculiar e é comum encontrá-lo ao lado do Antônio pe-

rambulando pelos sítios para comprar cabritos, galinhas, leitões ou a procurar carros antigos por estradas poeirentas em qualquer ponto de São Paulo, Minas ou Paraná.

Vou omitir seu verdadeiro nome e batizá-lo de Toninho Quá Quá - que também existe, mas é de outro canto e de outras his-tórias. Pois bem, o nosso

Quá Quá recém-nominado, de pele e osso e muitos tragos é uma “peça”, figura daquelas que se não existissem teríamos que inventá-las.

Contador de causos dos bons, esse senhor de mãos fortes, envelhecido precocemente pelo sol e pelos goles, já foi cidadão dos prósperos e responsável por uma família que ainda o orgulha.

O líquido “marvado” um dia o pegou de jeito e não o largou mais. Largado da mulher, distante dos filhos é cuidado pelos amigos, entre os quais o Antônio.

Apesar dos percalços, amargura não se vê na sua fala. Antes, é possível perceber uma energia serena e um humor agudo, que não deixa de rir de sua própria sina.

Contou-me Quá Quá que numa de suas visitas ao Médico, depois de uma resaca turbulenta, travou o seguinte diálogo:

- Boa tarde, Doutor.

- Boa tarde, Quá Quá, o que você manda?

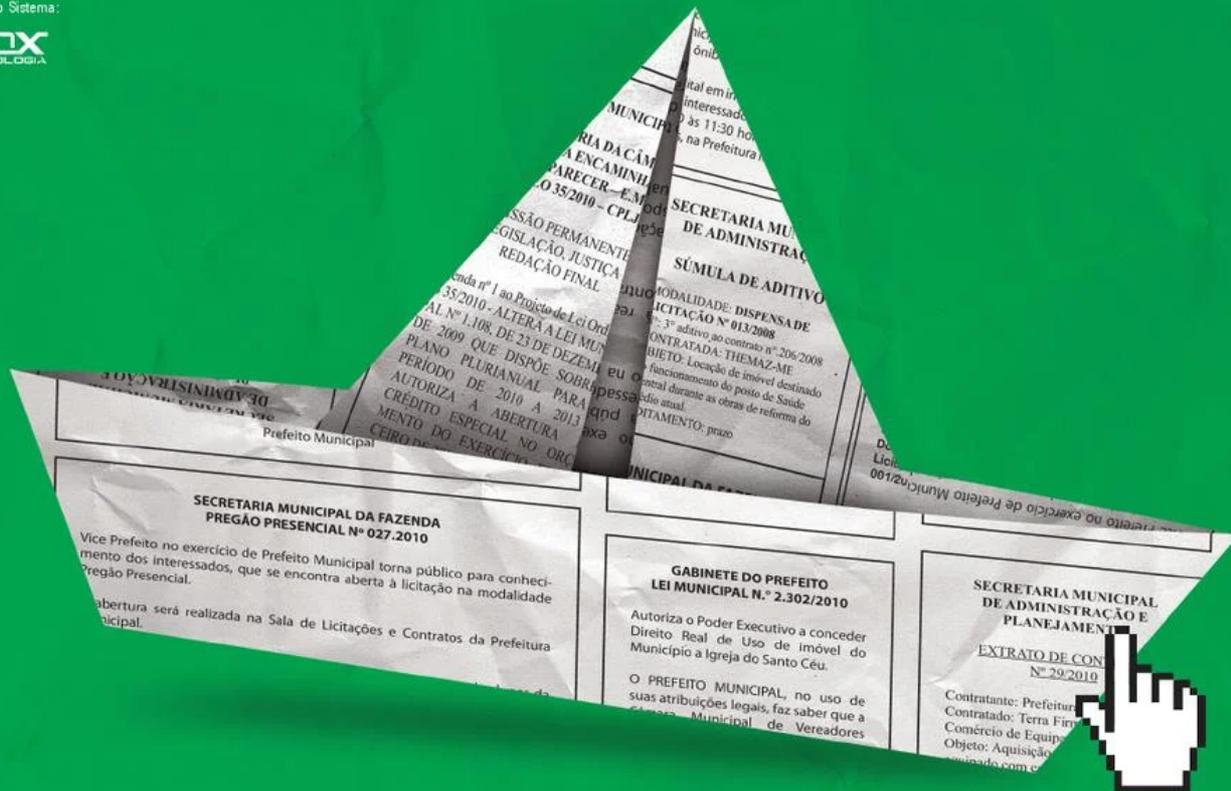
- Bem, o senhor sabe...

- Cê tá bebendo Quá

Quá?

- Depende Doutor, o que senhor tem aí para me oferecer?





Diário Oficial na internet. Economia para o município que publica, transparência para o cidadão que navega.

Recém-lançado pela APM, o **Diário Oficial dos Municípios do Estado de São Paulo** trará enorme economia para os municípios que poderão usufruir dos benefícios das publicações em meio eletrônico.

Além de ecologicamente correto, o **Diário** atende todas as exigências legais para a publicação dos atos oficiais. **Os municípios paulistas poderão publicar eletronicamente seus avisos de licitações, extrato de contratos, termos de adjudicação e homologação, leis, decretos, portarias, relatórios de gestão fiscal, atas, dentre outros.**

Municípios de outros estados que aderiram tiveram uma economia média de 80%.

O **Diário Oficial** será publicado diariamente na Internet, com acesso pelo site da APM. A qualquer instante, os gestores, técnicos, fornecedores ou qualquer cidadão interessado poderão imprimir quantas cópias julgarem necessárias, da edição atual ou das passadas.

Para utilizar o **Diário Oficial**, o município filiado à APM deve primeiramente solicitar a sua adesão pelo telefone (11) 2165-9999. Em seguida, será orientado sobre como aprovar o Projeto de Lei adotando o **Diário** como veículo oficial do Município. A APM então treinará os técnicos e gestores do Município para utilização do sistema. Faça hoje mesmo a sua adesão.

Rua Major Sertório, 128 - 9º andar - São Paulo/SP - CEP 01222-000
Fone/fax: (11) 2165-9999 - www.apaulista.org.br - diariooficial@apaulista.org.br

www.diariomunicipal.com.br/apm

